

**ACTA DA 4.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO
HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2010**

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, pelas nove horas e quarenta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 4.ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o Sr. deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos Srs. deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Cristina Margarida Alves de Sousa respectivamente 1º e 2º secretário da referida Mesa.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O Sr. presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, registando-se as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Anabela Mancebo Gomes, António Gabriel Fraga Martins Maio, António Gonçalves Toste Parreira, Cristina Margarida Alves de Sousa, Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros, Hélio Manuel Melo Vieira, João Carlos Castro Tavares, João Luís Sanchez dos Santos, João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, José Carlos Pontes dos Santos, José Gaspar Rosa de Lima, José Guilherme de Ávila Brasil, Luís Leonel Teixeira Salvador, Manuel Henrique Assis Ferreira, Manuel Parménio Silva Veiga, Maria de Fátima Viveiros Cordeiro, Paulo Agostinho Fagundes Cota, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Sérgio Manuel Pedro Cardoso, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva, Basílio Narciso de Sousa, Carla Eduarda Borges Terra, Carlos Manuel Pinto Pinheiro, Guilherme Ferreira de Melo, Honorato Bettencourt Lourenço, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Manuel Conde Bettencourt, Mónica Reis Simões Seidi, Patrícia de Fátima Alvarez Lopes, Rita Olaio de Mendonça Andrade, Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP

José Alberto Moniz Borges, Nuno Alberto Lopes Melo Alves, Paulo Ferreira Mendes Monjardino.

Deputados municipais independentes

José Cipriano de Sousa Martins.

Da Câmara Municipal

Andreia Martins Cardoso da Costa, Alonso Teixeira Miguel, Anselmo José Rocha Barcelos, Fernando Francisco de Paiva Dias, Francisco Cota Rodrigues, Hugo da Silva Ourique Lourenço, Raquel Margarida Pinheiro da Silva.

O Sr. presidente da Mesa, antes de proceder à leitura da correspondência e de a disponibilizar para consulta, abriu à discussão a acta da **3ª sessão ordinária de 28 de Junho de 2010**. Não se registando quaisquer inscrições, **a acta foi aprovada por maioria** com 32 votos a favor e 2 abstenções.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram inscrições por parte do público.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. d.m. Luís Rendeiro, após saudar os presentes, questionou a Sra. presidente da Câmara sobre o andamento das obras do hotel do Canta Galo, já que na última reunião fora informado de que as referidas obras se encontravam paradas porque o empreiteiro tinha dado férias aos funcionários. Alguns dias depois, constatara-se a existência de problemas com o empreiteiro relacionados com o projecto, o financiamento da obra, a falta de uma entidade bancária que mediasse possíveis financiamentos do governo regional, e problemas também com o arquitecto original da obra e ainda que, segundo o empreiteiro, teriam sido realizadas obras com o acordo tácito da CM, sem o devido licenciamento.

Constatando que nada do que lhe fora dito correspondia à verdade, deviam ser dadas à AM as devidas explicações, constituindo aquela obra o exemplo acabado do ditado de que o que nascia torto tarde ou nunca se endireitava.

Recordou ainda que no segundo mandato do Dr. Sérgio Ávila existiam duas propostas alternativas: uma do Partido Socialista defensora da construção de um hotel naquele local, como forma de consolidar a falésia, e outra do Partido Social Democrata que entendia dever ser construída uma unidade hoteleira nas actuais ruínas da TERCON, procedendo-se à consolidação da falésia e à construção de uma zona verde.

Verificando-se a ocorrência de vários cambalachos e não se vislumbrando a conclusão das obras, a bem do concelho, a CM deveria assumir as suas responsabilidades quanto à decisão tomada para a sua realização e a todos os percalços ocorridos até ao momento.

Referindo-se a um surto de piolhos nalgumas escolas primárias do conselho, motivador de queixas de alguns pais, entendeu tratar-se de uma questão de saúde pública municipal, não pondo em risco os filhos da Sra. presidente por frequentarem o colégio de Santa Clara, com melhores cuidados de higiene do que as escolas públicas por ela tão defendidas, devendo a CM interceder junto do Delegado de Saúde no sentido de acompanhar a situação, uma vez que os professores não podiam dar banho às crianças nem mexer-lhes nas cabeças.

Por fim, no tocante aos actuais cinzeiros/papeleiras colocados ao longo das ruas da cidade, relembrou a falta de espaço do compartimento destinado a papéis e outros tipos de lixo, desejando saber se a CM previa a colocação de contentores ou depósitos de maior dimensão, evitando assim a acumulação de lixo no chão em seu redor.

A Sra. presidente da Câmara fez lembrar ao Sr. d.m. Luís Rendeiro que a conversa relativa à situação do hotel do Canta Galo, tida na última reunião da AM na freguesia da Serreta, não fora tão reduzida como pretendia fazer crer, e que disponibilizara toda a

informação de que dispunha, referindo as competências da autarquia naquela matéria e explicando os procedimentos de venda do terreno, quando questionada pelo Sr. d.m. Joaquim Ponte, não lhe competindo dirimir desentendimentos entre projectistas e o dono da obra, mas sim avaliar os documentos na sua posse, quando, perante a CM, todas as questões de licenciamento se encontravam em perfeitas condições.

Sem querer conjecturar, lembrou que ao falar das razões da paragem da obra apenas disponibilizara a informação formal e oficial de que dispunha, não fazendo fé do que ouvia na rua ou nos cafés.

No tocante à fiscalização, lembrou que a CM apenas avaliava o cumprimento do PDM, o que se verificara, e que não fora construído qualquer piso adicional mas sim aumentada a volumetria, encontrando-se tudo em conformidade com o projecto aprovado.

No tocante ao surto de piolhos anunciado pelo Sr. d.m. Luís Rendeiro, lamentou tratar-se da segunda vez que aquele d.m. se dirigia à sua pessoa com atitudes pidescas, em resposta a trejeitos faciais por ela evidenciados, que nada interessavam àquela casa, face a afirmações absurdas por ele proferidas.

Desconhecedora do dito surto de piolhos, a que os alunos do colégio de Santa Clara não estariam imunes, como já acontecera com o seu filho e com ela própria quando também aluna daquela escola, competia-lhe promover o ensino público, constituindo completa irrelevância para a AM o local de ensino frequentado pelos seus filhos.

Explicou ainda que, sempre que detectados piolhos em crianças, independentemente de se tratarem de escolas públicas ou privadas, os pais eram devidamente informados pelos professores, tratando-se de uma questão de fácil resolução dispensável da intervenção do delegado de saúde.

No tocante aos cinzeiros/papeleiras, na sequência de uma intervenção do Sr. d.m. Nuno Melo Alves numa sessão anterior, informara já encontrar-se em curso a aquisição de novos recipientes de maiores dimensões a colocar no centro histórico, designadamente junto às paragens de autocarros e outros locais onde se revelassem necessários.

A Sra. d.m. Rita Olaio Andrade, saudando todos os presentes, referiu alguns problemas de segurança nas estradas para os quais considerava urgente encontrar soluções que garantissem a segurança de quem nelas circulava.

Como primeiro exemplo, mencionou um troço do Caminho do Meio de São Carlos, entre a Escola Tomás de Borba e a Mercearia de S. Carlos, onde a circulação de veículos nos dois sentidos e a falta de passeios, associada à elevada velocidade praticada, preocupava a sua bancada e muitos munícipes, tementes pela segurança dos estudantes e outros peões que por ali transitavam.

Para uma maior segurança naquele troço, alvitrou que o trânsito se processasse num só sentido, o que já fora discutido em sessões anteriores da AM, criando-se para o efeito vias alternativas.

Como solução a curto prazo, sugeriu a colocação de lombas em ambos os extremos do referido troço, como forma de obrigar os automobilistas a moderarem a velocidade, antes que fosse tarde demais.

Em segundo lugar, referiu-se à saída de S. Pedro para o Fanal, junto ao Centro Comunitário, onde a visibilidade se revelava insuficiente e o trânsito circulava a grande velocidade, devendo, em seu entender, os veículos virar obrigatoriamente à direita em direcção à rotunda dos Portões de S. Pedro.

No tocante ao largo da Canada de Belém, como moradora naquela zona, conhecia bem as dificuldades de acesso devido à reduzida visibilidade, especialmente por parte de quem provinha da Terra Chã, e ao excesso de velocidade de quem circulava de S. Carlos a caminho de S. Bartolomeu, reconhecendo a sua bancada a necessidade de, também ali, se colocarem algumas lombas.

Quanto às Figueiras Pretas, relembrou a perigosidade daquela via, não só devido à degradação dos muros como ao estreitamento da via, dificultando a passagem de duas viaturas. Conhecedora das referências já tidas sobre o assunto e das negociações em curso entre a CM e a Diocese de Angra, com vista à aquisição de terrenos para alargamento da via e melhoramento dos muros, solicitou à Sra. presidente da Câmara que se pronunciasse sobre o ponto daquela situação, propondo que até à resolução definitiva do problema se limitasse o trânsito a um só sentido e se proibisse a circulação de veículos pesados.

Finalmente, apesar de não se tratar propriamente um problema de segurança, referiu-se à dificuldade de acesso à via Vitorino Nemésio a partir da zona industrial, devido à ausência de sinalização para o efeito, sugerindo que, caso não se tratasse de um assunto da responsabilidade da autarquia, se diligenciasse junto dos responsáveis para a colocação da sinalização adequada.

A Sra. presidente da Câmara, reconhecendo a existência de alguns problemas relacionados com a via das Figueiras Pretas, recordou que a CM apresentara uma proposta ao Seminário de Angra do Heroísmo no sentido de se adquirirem alguns terrenos do lado direito da via, no sentido Santa Luzia - S. Pedro, que permitiriam o seu alargamento, havendo já sido recebida uma contraproposta do Seminário, possibilitando a sua inclusão no próximo pacote de estradas.

No tocante à segurança dos estudantes e outros peões nas imediações da escola Tomás de Borba, a situação fora comunicada às Obras Públicas, entidade responsável pela sinalização e segurança naquela via, para além de, na intervenção efectuada entre a Canada dos Folhadais e o Pico da Urze, se ter tornado possível a colocação de sinalização vertical luminosa no entroncamento com o Caminho do Meio de S. Carlos.

Informou ainda que o assunto fora analisado pela comissão de trânsito e que a CM apresentara um conjunto de propostas à delegação das Obras Públicas no sentido de se minimizarem as dificuldades existentes, apesar da situação não se apresentar de fácil resolução, dado a largura da via não permitir passeios de ambos os lados e devido à ausência de alternativas ao processamento do trânsito num só sentido.

Acrescia ainda a circunstância de, apesar da sugestão de alguns pais, não se considerar segura a colocação de uma passadeira para peões naquele entroncamento, por inexistência de passeios em ambos os lados da via.

Quanto à sinalização do parque industrial, do âmbito da AGESPI – (Associação para Gestão do Parque Industrial da ilha Terceira), constituía também uma preocupação da autarquia, em vias de ser ultrapassada, como solicitado pela CM, com a execução de um projecto, já apresentado, de sinalização do referido parque e identificação das lojas ou estabelecimentos existentes em cada uma das vias, facilitando o acesso e a saída.

No tocante ao cruzamento da Canada de Belém, sugeriu a canalização das recomendações apresentadas pelo grupo municipal do PSD para a Comissão de Trânsito, cujos pareceres se têm revelado de grande utilidade para a tomada de decisões, cedendo a palavra à Sra. vereadora Raquel Pinheiro para os esclarecimentos respeitantes às restantes questões colocadas pela Sra. d.m. Rita Andrade.

A Sra. vereadora Raquel Pinheiro da Silva informou que a situação relativa à saída de S. Pedro para o Fanal fora apresentada à Comissão de Trânsito que sugerira o prolongamento das raias existentes, no sentido de reduzir o estacionamento e permitir uma melhor visibilidade para ambos os lados.

O Sr. d.m. Manuel Conde Bettencourt expressou a necessidade de se repensar uma solução para melhoria da praça Almeida Garrett, a maior praça da cidade e da ilha, com um traçado de calçada bastante interessante, e do seu monumento central “a árvore da vida”, que de vida pouco teria, já que os esguichos de água que supostamente deveriam brotar da árvore semi-definhada não funcionavam, servindo o tanque apenas como depósito de lixo para os alunos.

Um monumento, enfim, que, devendo exaltar a vida, fazia antes lembrar a decadência das civilizações, pelo que, em sua opinião, se deveria solicitar o parecer de um arquitecto urbanístico ou escultor para a deslocação daquele monumento para um local mais apropriado, colocando em sua substituição um outro alusivo a Almeida Garrett, que muito vivera, sentira e escrevera sobre a cidade de Angra, nutrindo por ela um grande carinho.

A Sra. presidente da Câmara, informando que a autarquia tudo vinha fazendo para a melhoria da qualidade daquele espaço, lembrou haver quem gostasse mais e quem gostasse menos da “árvore da vida”, como era o caso do Sr. d.m. Manuel Conde.

Reconhecendo aquele como o espaço ideal para homenagear Almeida Garrett, lembrou a intenção de ali ser construído um parque de estacionamento subterrâneo, o que, para além de implicar a remodelação de toda a praça, possibilitaria a adopção de uma solução daquela natureza.

O Sr. d.m. José Alberto Borges, constatando que a Sra. presidente da Câmara, através de declarações a um jornal local, anunciara a construção de um pavilhão multi-usos na freguesia de Doze Ribeiras, onde não se registava qualquer actividade desportiva, disse não compreender o critério que presidira à construção de tais pavilhões em freguesias onde as actividades desportivas escasseavam, ao mesmo tempo que se encerravam escolas por falta de alunos, temendo tratar-se do cumprimento de promessas políticas, já que os seus custos de construção se revelavam bastante elevados, aconselhando a CMAH a não seguir o exemplo da sua congénere da Praia da Vitória que pensava construir pavilhões em todas as freguesias.

A Sra. presidente da Câmara, começando por felicitar o Sr. d.m. José Alberto Borges pela homenagem que a Associação de Basquetebol da Ilha Terceira lhe prestara pelos seus 25 anos de arbitragem e de pessoa interessada pelo desporto, informou que a construção do pavilhão multiusos das Doze Ribeiras não era apenas uma promessa, visto constar do plano de investimentos da autarquia, baseando a sua necessidade numa lógica de promoção da prática desportiva nas zonas mais afastadas da cidade, apontando como exemplo o sucesso obtido com a construção de um piso sintético em 2009 nos Altares, que motivara uma elevada participação desportiva de crianças, jovens e adultos daquela e de freguesias circundantes, desde os Biscoitos às Doze Ribeiras, revelando-se um investimento de sucesso.

O pavilhão das Doze Ribeiras, que não observaria as características dos pavilhões municipal ou do Porto Judeu, destinar-se-ia a treinos, ao possível aumento da prática desportiva, à criação de equipas e ao desenvolvimento de várias actividades como o Futsal, Voleibol ou o Basquetebol, potenciando a criação de estilos de vida saudáveis e,

em conjugação com a redução de 30% no IMI, incentivando a fixação das famílias na zona noroeste do concelho.

À semelhança de outros, a sua construção, financiada com fundos comunitários, custaria entre 350 e 450 mil euros, complementando a rede de equipamentos desportivos construídos pela autarquia e pelo governo regional.

No tocante ao equipamento da Serreta, tratando-se da única freguesia do concelho a dispor de um Serviço Local de Protecção Civil, assente numa interessante base de dados actualizada por um jovem, o governo regional responsabilizara-se pela sua construção, contribuindo a autarquia com as cedências do edifício escolar para instalação dos referidos serviços de protecção civil e do terreno a ele anexo, possibilitando assim uma estrutura polivalente com capacidade para albergar elementos da população, quando vítima de qualquer calamidade que ocorresse.

A Sra. d.m. Mónica Seidi, começando por elogiar o trabalho da CM relativamente à tele-assistência visando combater o isolamento dos idosos do concelho, lamentou o desaproveitamento dos jovens residentes com formação na área capazes de prestarem apoio psicológico, social e geriátrico.

Sobre este aspecto, para além de pretender saber qual o número total de candidatos e quantos haviam sido excluídos, uma vez que se previa a entrega de mais 35 aparelhos, para além dos 5 já distribuídos, desejou ser informada sobre qual o procedimento a tomar em caso de emergência.

Tratando-se de idosos com várias patologias sujeitos a grandes riscos de descompensação, havendo por vezes necessidade de os transportar rapidamente ao hospital, pareceu-lhe pouco adequado que a primeira triagem fosse feita por uma Delegação da Cruz Vermelha em Lisboa, para onde se encontravam canalizadas as chamadas.

Em relação ao custo do projecto, quis saber se o valor de 25 mil euros mencionado no protocolo correspondia à sua totalidade e qual o montante do encargo mensal.

A Sra. presidente da Câmara, decorrendo os trabalhos preparatórios da segunda fase do concurso, informou que na primeira fase se habilitaram 13 idosos, foram atribuídos 5 aparelhos, restando 35.

Sobre os custos do projecto, esclareceu que o protocolo envolvia um valor global de vinte e cinco mil euros, a atribuir à Cruz Vermelha em função do número de aparelhos instalados, correspondendo aos primeiros 5 um valor fixo de 25 euros por aparelho e uma mensalidade de cerca de 11 euros, ficando as despesas a cargo da autarquia.

Apesar de não se ter verificado uma adesão muito significativa, contrariando o esperado, a experiência poderia considerar-se útil, aguardando-se um maior número de aderentes na segunda fase de candidaturas.

No tocante à participação de jovens do concelho no serviço de Tele-Assistência, recordou tratar-se de um protocolo estabelecido com a Cruz Vermelha, possuidora do seu próprio modelo de funcionamento em que tudo se processava através de uma chamada centralizada dirigida a técnicos de saúde, accionando-se de imediato, em caso de necessidade, o serviço local, num tempo máximo de resposta previamente estabelecido.

A Sra. d.m. Mónica Seidi, desejando saber quais os critérios de exclusão dos restantes 8 idosos, recebeu como resposta da Sra. presidente da Câmara que tal sucedera devido a rendimentos superiores ao estabelecido no regulamento.

Contrariando a resposta dada pela Sra. presidente, a Sra. d.m. Mónica Seidi referiu que uma das idosas lhe contara que fora excluída por ter apresentado um baixo rendimento.

A Sra. presidente da Câmara, admitindo a possibilidade de alguma desinformação por parte da idosa, respondeu que a exclusão motivada por baixos rendimentos não estava prevista, estranhando que tal tivesse acontecido.

Lembrou que uma das condições de adesão ao serviço de tele-assistência recaía sobre a existência de telefone em casa do idoso, o que não acontecera com uma das idosas que ficara condicionada à instalação do referido aparelho, prontificando-se a fornecer a listagem de todos os candidatos, incluindo os motivos da sua exclusão.

O Sr. d.m. Paulo Monjardino, referindo que a calçada da rua da Sé começava a denotar algum desgaste, já que a última intervenção acontecera após as obras de saneamento básico, recomendou que a pedra fosse assentada com saibro ou outra forma de intervenção simples, a ser executada pelos funcionários da CM, para não acontecer como em frente à igreja da Misericórdia onde já se justificava uma repavimentação.

A Sra. presidente da Câmara lembrou que a colocação de saibro se tornara prática regularmente em várias ruas da cidade, reconhecendo a necessidade de intervenções também noutros locais.

Informou ainda que no âmbito do Plano de Requalificação, que fora dado a conhecer à AM, se interviria, numa primeira fase, na calçada do centro histórico, entre a rua da Sé e a rua de Santo Espírito, incluindo a Praça Velha.

Estando já em curso intervenções ao nível da elevação das passadeiras, no próximo ano seria incluída uma empreitada de repavimentação das calçadas incluindo a zona em frente à igreja da Misericórdia.

A Sra. d.m. Anabela Gomes, no seguimento do pedido formulado na sessão do dia 28 de Junho de 2010, felicitou o Sr. presidente da Junta de freguesia da Serreta e a Sra. presidente da Câmara pela rapidez na disponibilização das verbas necessárias à reparação do chafariz da mata da Serreta que se encontrava um pouco degradado.

O Sr. d.m. Francisco Barros, felicitando o excelente e minucioso trabalho de redacção das actas das reuniões da Assembleia Municipal levado a cabo pelo primeiro secretário da Mesa, resultando em documentos que mais tarde serviam para confirmar algo que fora dito, referiu-se à acta da reunião da AM de 28 de Junho de 2010, aprovada há 55 minutos atrás, destacando a informação contida na página 9 relativamente às declarações prestada pela Sra. presidente da Câmara sobre algumas questões levantadas pelo Sr. d.m. Luís Rendeiro relativas ao hotel do Canta Galo, acusando-a agora de proferir algumas inverdades nas informações que prestara sobre as razões da paragem da obra.

Em primeiro lugar, citando o parágrafo 6 da página 9 da referida acta, que textualmente dizia: “... *quanto às possíveis afirmações de que a obra estaria pronta antes do final do verão, admitindo tratar-se de previsões anteriores ao início da obra, de acordo com as informações de que dispunha, o empreiteiro teria dado férias aos funcionários e a estrutura estaria em manutenção. Informou ainda que a autarquia intervinha apenas como entidade licenciadora, no caso de alterações ao projecto, o que acontecera...*”, concluía-se que uma eventual inverdade da parte da Sra. presidente da Câmara se encontrava desmentida na referida acta.

Em segundo lugar, considerou atingidas as raias do absurdo ao pretender questionar-se a CM sobre as medidas a tomar em algumas escolas do concelho devido ao aparecimento de piolhos em algumas crianças, por não se tratar de uma epidemia generalizada que

justificasse a intervenção das autoridades de saúde ou uma situação decorrente de falta de cuidados de higiene por parte dos pais, não estando naturalmente os alunos do colégio de Santa Clara imunes a tal fenómeno.

A esse propósito, considerou de lamentável mau gosto a referência a aspectos da vida privada de qualquer dos presentes, traduzidos, no caso presente, numa busca desenfreada de factos políticos com vista a denegrir a imagem da Sra. presidente da Câmara.

Dirigindo-se ao Sr. d.m. José Alberto Borges, recordou uma notícia publicada no Diário Insular no dia 25 de Agosto referente a uma proposta de isenção de taxas apresentada pelo CDS-PP em que ele referira que o líder do PS não se solidarizara com a referida proposta de isenção por não ser terceirense, apesar de viver na ilha, considerando a referência ao local de nascimento de alguém uma atitude chauvinista e reprovável como argumento político, não se enquadrando em nenhuma democracia onde o dever de participação das pessoas se constituía independentemente do lugar de nascimento, como verificaria aquele d.m. ao olhar em seu redor, encontrando colegas seus oriundos de várias ilhas dos Açores e do Continente português.

Rematou, considerando lamentável que no ano de 2010 ainda se invocasse Nicolas Chauvin do exército de Napoleão, personalidade que, pelo seu nacionalismo exacerbado, dera origem ao termo chauvinista.

A Sra. d.m. Fátima Cordeiro, relativamente à questão da pediculose nas escolas, assunto que em sua opinião não justificava a ocupação de tempo na AM, considerou que os deputados municipais tinham a responsabilidade acrescida na formação da capacidade interventiva dos cidadãos naquele tipo de situações, rematando que, apesar de constituir uma questão de saúde pública, nunca vira ninguém morrer ou ser internado, com a consequente implicação nas despesas com a saúde, por causa disso.

Considerou ainda não dever ser fomentada e aplaudida a desresponsabilização dos pais na comunidade educativa e, como cidadãos, os deputados municipais deviam informar os restantes cidadãos sobre os meios à sua disposição e atitudes a tomar, dispondo os pais e as escolas de vários recursos podendo actuar através de acções de sensibilização, para além da possibilidade de recurso aos meios dos centros de saúde.

O Sr. d.m. Paulo Agostinho Cota congratulou-se com as actividades desenvolvidas pela CM, especialmente no tocante às reuniões com os Radioamadores, PSP, Cruz Vermelha e Bombeiros de Angra do Heroísmo, visando a segurança nas peregrinações à Serreta, reconhecendo a boa vontade e o interesse das várias entidades envolvidas na segurança das populações. No entanto, recordou que todos os anos ocorriam actos de vandalismo durante as peregrinações, situação que vinha a piorar, já que este ano, na freguesia das Doze Ribeiras, foram destruídas as bases em betão que suportavam as placas toponímicas das canadas e, em Santa Bárbara, foram também arrancados alguns sinais de trânsito.

Referiu ainda que as Juntas de Freguesia, para além de disponibilizarem instalações para albergar o pessoal da Cruz Vermelha, forneciam também refeições durante vários dias, constatando, lamentavelmente, que, após tanto trabalho e dispêndio de dinheiro, os quintais ficavam pejados de garrafas de cerveja e de água e os bens dos respectivos proprietários vandalizados.

Em relação à construção do pavilhão nas Doze Ribeiras, fez lembrar ao Sr. d.m. José Alberto Borges que tal infraestrutura não serviria apenas o desporto, mas também outras actividades de que a freguesia necessitava, lamentando que aquele membro da AM não gostasse de ver algo de novo na casa dos outros.

O Sr. d.m. António Maio felicitou a Sra. presidente da Câmara pelo brilho e eloquência da sua intervenção, que considerou rigorosa e precisa em todo o seu conteúdo.

Lembrou que a polémica do hotel do Canta Galo se devera a uma entrevista dada em Agosto pelo promotor do projecto a um jornal local, que se resumia a problemas de volumetria e financiamento.

No tocante à volumetria, não conhecendo o projecto, mas acreditando estar de acordo com o PDM, segundo informações da CM, também não gostaria que lhe tapassem a vista se lá morasse.

Quanto ao financiamento, a situação já se encontrava resolvida, lembrando que o actual desequilíbrio das finanças públicas, a baixa taxa de crescimento económico e os problemas do desemprego levavam a dificuldades de financiamento da economia e mesmo os bancos portugueses de melhor rating não conseguiam, nos mercados internacionais, financiamentos de médio e longo prazo, situação por sua vez responsável pelas restrições ao crédito de médio e longo prazo, daí resultando as dificuldades do promotor em conseguir a tranche de financiamento bancário inicialmente prevista no projecto.

Lembrou tratar-se de um investimento total de cerca de 21 milhões de euros que previa uma participação pública regional de 5 milhões a fundo perdido e 5 milhões de subsídio reembolsável, a conceder pela banca, com juro a pagar pelo governo regional a uma taxa euribor prevista de 3,5%, referindo que, após avaliada, a obra já existente comportava cerca de 16 milhões de euros, estando já consumado o financiamento do governo regional, faltando a componente bancária que recentemente fora desbloqueada.

Conhecendo o perfil do empresário e estando o financiamento totalmente assegurado, mostrou-se confiante que o hotel do Canta Galo, classificado com a categoria de 5 estrelas, ficaria concluído em Abril ou Maio de 2011.

Sendo conhecedor do estudo de viabilidade económica, do preço médio por quarto e da taxa de ocupação prevista, acreditava que o hotel teria êxito, promoveria a cidade e traria sustentabilidade ao sector do turismo, para bem da ilha e da região.

Concluiu, referindo que o único impasse causador do atraso da obra se devera a problemas de financiamento, nada tendo a ver com a CM que fizera tudo o que devia.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro saudou as informações e factos apresentados pelo Sr. d.m. António Maio respeitantes ao hotel do Canta Galo, desejando ardentemente que não viesse a tornar-se como o hotel dos franceses na Serretinha, a pousada do Castelinho ou, pelas 5 estrelas, o próximo hotel Monte Palace nos Açores, mas sim um projecto bem sucedido e um centro de criação de postos de trabalho.

Independentemente das explicações e das actas, discordou que primeiro se fizessem as obras e depois se as legalizasse porque, segundo o proprietário do hotel, foram feitas obras sem licenciamento, havendo um acordo tácito com a CM, que não devia sacudir a água do capote quando as coisas corriam mal, mas, sim, fiscalizar e acompanhar à semelhança do que fazia noutras obras do concelho.

No tocante à pediculose no concelho, estranhou o desconhecimento do assunto por parte da Sra. presidente, já que o mesmo era do conhecimento da junta de freguesia de S. Bento. Apesar das frequentes recomendações aos pais das crianças vítimas daquela situação sobre a obrigatoriedade de as tratar, em algumas escolas de S. Bento, os pais de outras crianças que se indignaram com o sucedido foram ameaçados de forma rude, mal-educada e com proximidade à violência.

Por fim declarou tratar-se, em sua opinião, de um problema de saúde pública que deveria ser resolvido, estranhando o incómodo causado à bancada do PS que não queria que se falasse nele.

O Sr. d.m. José Alberto Borges, começando por questionar a Sra. presidente da Câmara sobre a data em que seriam colocados os desfibriladores no pavilhão municipal e no pavilhão do Porto Judeu, já que tal fora aprovado em reunião de câmara.

No tocante ao pavilhão das Doze Ribeiras, considerando satisfatórias as explicações dadas pela Sra. presidente da Câmara, fez saber ao Sr. presidente da respectiva Junta de Freguesia que nada tinha contra a construção do referido pavilhão, desejando que nele se praticasse muita actividade desportiva, indo de encontro ao bem-estar das populações.

Dirigindo-se ao Sr. deputado Francisco Barros, nada tendo contra os continentais, por haver muitos que muito fizeram pela nossa terra, lembrou que tivera a oportunidade de responder no Diário Insular, considerando-o um empecilho para o desenvolvimento do concelho e para as boas propostas apresentadas pela oposição porque nunca o vira fazer nada nem apresentar qualquer proposta. Disse ainda saber como chegara até ali e desconhecer a sua profissão, já que “Chefe de Gabinete” não constaria na CAE e que tivera muito gosto em rectificar a notícia no Diário Insular a respeito do Sr. presidente da Assembleia Municipal, pessoa que muito estimava por tudo o que tinha feito e pela isenção demonstrada.

O Sr. d.m. Luís Salvador, considerando bastante empolado o assunto da pediculose, lembrou não se tratar de um grande surto, mas sim de um caso concreto passado recentemente que seguia os trâmites legais.

Ciente de que o Sr. deputado Luís Rendeiro tomara conhecimento do assunto através dum colega seu de trabalho que identificara a existência de ameaças por parte de uma senhora, originadas em atitudes de uma encarregada da escola em regime de substituição, informou que, após contacto por ele estabelecido, a coordenadora da escola de S. João de Deus promovera uma reunião a realizar naquele mesmo dia, esperando poder dar o assunto por encerrado.

O Sr. d.m. Francisco Barros, não se mostrando interessado em perder mais tempo com o Sr. d.m. José Alberto Borges, porque as palavras e as atitudes ficavam para quem as proferia, sendo por isso reveladoras do seu carácter, ou da falta dele, entendeu no entanto que aquele membro da Assembleia Municipal se encontrava mal informado quanto à sua profissão, por não constar da Classificação das Actividades Económicas, a 3, 5 ou 8 dígitos, a função de Chefe de Gabinete, a de Presidente de Câmara ou a de outro qualquer cargo de nomeação.

Assim, sendo que a sua actividade profissional só a ele próprio dizia respeito, não lhe devendo explicações sobre o que fazia ou deixava de fazer, entendeu ter o Sr. d.m. José Alberto Borges todo o direito de pensar dele o que quisesse, e vice-versa, não aceitando no entanto as insinuações de que o grupo municipal do Partido Socialista seria composto por pessoas amorfas, não pensantes, aprovando ou reprovando algo por maléfica influência das suas palavras, o que seria o mesmo que passar-lhe um atestado de menoridade, assumindo, por fim, tratar-se de uma opção exclusivamente sua utilizar o Diário Insular, a AM ou qualquer outro veículo para produzir qualquer resposta ou comentário ao que quer que fosse, ou simplesmente não o fazer.

O Sr. d.m. João Santos, depois de assistir na Assembleia Municipal a várias discussões um pouco mais acesas, incluindo a reunião de 28 de Junho na Serreta, onde algumas intervenções raiaram o limiar do indecoroso, nunca imaginou que as coisas chegassem

àquele ponto, não admitindo que o Sr. d.m. José Alberto Borges, nem qualquer outro membro da Assembleia, se dirigisse daquela forma a um membro da sua bancada, por nunca aquele d.m. ter sido alvo de um tratamento daquele tipo, o que demonstrava um défice do sentido democrático, bem ao contrário dos contributos já prestados pelo seu colega Francisco Barros no exercício de vários cargos desempenhados em benefício da Região e do Concelho, designadamente como deputado à Assembleia Legislativa Regional.

Por configurar uma atitude altamente lesiva do salutar relacionamento entre os membros dos vários grupos municipais, solicitou-lhe que de futuro se abstivesse de idênticas atitudes, reclamando do Sr. presidente da Mesa o zeloso rigor no cumprimento das regras de boa educação.

O Sr. presidente da Mesa, conhecedor das regras de funcionamento de uma assembleia, lembrou que anteriormente chamara a atenção do Sr. d.m. Luís Rendeiro, já que os apartes da sua intervenção em nada se comparavam com a intervenção do Sr. d.m. José Alberto Borges, que considerou curta e correcta, originando a correspondente resposta do Sr. d.m. Francisco Barros, que se defendera também de forma adequada.

O Sr. d.m. António Maio, corroborando o conteúdo das intervenções dos seus colegas de bancada, mostrou-se chocado e surpreendido com as palavras do Sr. d.m. José Alberto Borges, reveladoras de um ataque pessoal injustificado.

Estranhando o silêncio complacente dos colegas de bancada daquele d.m., lembrou ter militado no CDS/PP de 1984 a 1991 e apelou aos Srs. d.m. Paulo Monjardino e Nuno Melo Alves, pessoas de elevada craveira intelectual, humana e política, para que expressassem a sua opinião sobre as declarações do seu colega de bancada, convicto da discordância que lhes mereceria as palavras por ele proferidas.

A Sra. presidente da Câmara, em resposta à intervenção do Sr. d.m. José Alberto Borges relativa aos desfibriladores, esclareceu que seguira para a firma fornecedora uma requisição externa para aquisição de cerca de dez aparelhos destinados a todos os equipamentos desportivos do concelho que, por envolver uma verba de 13 mil euros, carecera de uma alteração orçamental, por, inicialmente, prever apenas dez mil euros para o efeito.

Adiantou ainda que, para a operacionalização dos equipamentos, fora criado um grupo de trabalho a nível regional, articulado com o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores e a Direcção Regional de Saúde.

O Sr. presidente da Mesa, na condição de vice-presidente do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, deixou alguns esclarecimentos complementares sobre esta matéria, lembrando que não fora fácil implementar na região a “*Desfibrilhação Automática Externa*” por se tratar de um processo complexo, implementado conjuntamente com a Região Autónoma da Madeira e as Canárias, por ele acompanhado desde a primeira hora.

A região Açores, que se antecipara ao território continental, vira-se obrigada a recuar para acompanhar legislação criada a nível nacional, lembrando não bastar apenas a compra dos aparelhos, mas sobretudo cuidar da formação do pessoal e do acompanhamento médico, encontrando-se tudo preparado, à excepção do sistema de comunicação entre as ambulâncias e as unidades de saúde, para desencadear o processo, a partir do mês de Outubro de 2010, com as corporações de bombeiros das cidades de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Ponta Delgada e Ribeira Grande, ao que se seguiriam alguns espaços

públicos, designadamente os aeroportos geridos pela ANA, precedendo os administrados pela Região, estimando-se a cobertura completa do arquipélago durante o ano de 2011.

No tocante aos espaços desportivos, considerara-se mais eficaz a presença de uma ambulância bem equipada e com pessoal apto a fazer a “*Desfibrilhação Automática Externa*”, do que a colocação dos equipamentos naqueles espaços sem operadores qualificados no seu manuseamento e aptos a realizar o indispensável suporte básico de vida, ainda pouco assumido na formação específica pré-hospitalar, principalmente ao nível das escolas de enfermagem.

O Sr. d.m. Paulo Monjardino, dispondo apenas de dois minutos, não entendeu necessário retratar-se de coisa alguma, já que procedera correctamente nas suas intervenções, num espaço onde todos podiam expressar a sua opinião de acordo com o seu estilo, obedecendo a determinadas regras bem clarificadas pelo Sr. presidente da Mesa, a quem felicitou pela excelente condução dos trabalhos.

Tratando-se da sua estreia em reuniões daquele tipo, relevou o facto de na última meia hora não ter sido presente qualquer proposta clara, exceptuando a do Sr. presidente da junta de freguesia das Doze Ribeiras.

A Sra. d.m. Mónica Seidi, dirigindo-se ao Sr. presidente da Mesa, pretendeu saber se a formação referente ao manuseamento dos desfibrilhadores seria ministrada aos tripulantes das ambulâncias.

O Sr. presidente da Mesa respondeu não saber exactamente qual o número de tripulantes de ambulâncias de socorro já possuidores desse tipo de formação, mas que no total seriam cerca de 80 distribuídos pelos vários concelhos da região, além dos aeroportos já referidos, onde, através de um projecto comunitário, já fora ministrada alguma formação ao pessoal afecto àquelas estruturas, progressivamente extensível ao pessoal da PSP nelas destacados, constituindo a Dra. Leonor Monjardino, a Dra. Marta Guinôt e o Dr. Dinis, cardiologista do Hospital de Ponta Delgada, a equipa responsável pelo projecto.

Tratando-se de um processo dinâmico com a intervenção e responsabilidade de várias entidades, soubera da existência de uma equipa exterior à Região, devidamente credenciada que, para além de responsável pela formação nos aeroportos da ANA, fora contratada pelo BANIF, com vista à formação de pessoal em todos os seus balcões.

Por último, admitiu a possibilidade de ser dada formação ao pessoal do pavilhão municipal, para que, após a atribuição do aparelho e independentemente da presença de uma ambulância, pudesse intervir em caso de paragem cárdio-respiratória.

O Sr. d.m. António Maio, em resposta à intervenção do Sr. d.m. Paulo Monjardino, entendeu assumir que, no caso de algum colega da sua bancada proferir algum insulto idêntico ao do Sr. d.m. José Alberto Borges, se demarcaria de imediato da situação, por não ser esse o conceito que interiorizava de democracia e de convivência democrática nem se rever naquela linguagem.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, por seu lado, fez notar ao Sr. d.m. António Maio que já assistira a membros da bancada do PS apelidarem de palhaços alguns membros da seu grupo municipal, não esperando, por isso, que se retratassem dessas atitudes porque, como afirmara o Sr. d.m. Francisco Barros, cada um se deveria responsabilizar pelas suas atitudes e afirmações, concluindo que se encontravam ali para trabalhar.

O Sr. presidente da Mesa, à semelhança das situações retratadas pelo Sr. d.m. Paulo Agostinho Cota, relativas a alguns actos de vandalismo praticados por alguns peregrinos

devotos a caminho da Serreta, constatou que alguns dos “devotos” presentes também utilizara uma linguagem menos própria, aconselhando a todos um exame de consciência como forma de melhorarem o relacionamento mútuo.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação da senhora Presidente da Câmara Municipal, relativa à actividade municipal desenvolvida durante o período de 29 de Junho a 28 de Setembro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para apreciação.

A Sra. presidente da Câmara salientou alguns projectos desenvolvidos de forma pioneira durante o verão, designadamente o ATL da freguesia dos Altares em complemento às actividades lectivas, em colaboração com a Junta de Freguesia e do Grupo Social Santo Agostinho, e que contara com a participação de cerca de 30 crianças durante o mês de Agosto, actividade muito bem acolhida pelas famílias daquela freguesia, a qual permitira perceber a receptividade dos pais e assim diligenciar de forma fundamentada junto da Segurança Social para a implementação daquela actividade na freguesia.

Destacou também a avaliação positiva do projecto “Angra Activa”, cujo objectivo visava associar a baía de Angra e o Porto das Pipas a actividades físicas saudáveis e devidamente monitorizadas, resultantes de parcerias com comerciantes e empresas locais, levando a que um conjunto dessas empresas, vocacionadas para a prática de actividades físicas, o fizessem ali durante o verão. Exemplo disso fora o festival “Epicentro” e as actividades que a Associação de Basquetebol levava a cabo no passado sábado.

Finalmente realçou com satisfação a atribuição pela Associação das Famílias Numerosas ao concelho de Angra do Heroísmo, de entre 17 outras autarquias do país, do galardão “*A autarquia mais familiarmente responsável*”, revelador do trabalho desenvolvido no apoio às famílias nos aspectos, entre outros, da educação, actividades culturais, apoio no tarifário da água, etc.

O Sr. d.m. Francisco Barros felicitou a autarquia pela atribuição, pelo segundo ano consecutivo, do galardão “*A autarquia mais familiarmente responsável*”, ainda mais valioso por ser atribuído por uma entidade independente, à semelhança do galardão atribuído a Angra do Heroísmo como o concelho com melhor qualidade de vida, destacando a sociabilidade e tolerância das suas gentes.

Elogiou também o programa “Angra em Festa”, pelas suas 4 semanas temáticas no âmbito do “Açores Região Europeia 2010”, trazendo até nós países como a Alemanha, Reino Unido, Polónia e Dinamarca, dinamizando o Jardim Público e aproveitando a magnífica esplanada do Centro Cultural e de Congressos.

Destacou ainda a actuação do pianista polaco Karol Radziwonowicz, a exposição de barcos e veleiros dinamarqueses e o aproveitamento do Pátio da Alfândega e da Marina para o desenvolvimento de algumas actividades, enaltecendo a participação de empresários e agentes económicos do concelho, apesar da supervisão, no âmbito da

restauração, de um cozinheiro de cada um dos países participantes, fazendo votos para que se repetissem actividades daquela natureza.

O Sr. d.m. Guilherme Melo, felicitando por um lado a CM pela publicação das contas da CULTURANGRA no site camarário, criticou a ausência de idêntico procedimento quanto às actas das reuniões de Câmara do presente mandato, as quais, pelo menos até há cinco dias atrás, ainda não constavam do referido site.

Conhecedor de que na maior parte dos casos a limpeza das bermas competia às Juntas de Freguesia, solicitou maior empenho da Câmara na sua fiscalização porque, em certos locais, especialmente no trajecto turístico Porto Judeu/Salga, a erva ultrapassava os 50 cm de altura, quase que se sobrepondo aos muros.

A Sra. presidente da Câmara, informando que as actas das reuniões de Câmara se encontravam finalmente revistas e em condições de serem disponibilizadas no site da CM, deu conta das suas preocupações na fiscalização da limpeza das bermas, deslocando-se também periodicamente aos cemitérios de algumas freguesias para verificar se os mesmos se encontravam tão limpos quanto o das Doze Ribeiras.

Adiantou ainda que, sempre que possível, ia chamando a atenção dos Srs. presidentes de junta para algo que achasse menos bem, quanto à limpeza, percebendo em alguns uma reacção de menos satisfação, como fora o caso do Sr. presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã que, numa reunião recente, lhe respondera fazer tudo o que podia, reconhecendo no entanto que em alguns locais as bermas não se encontravam nas melhores condições, muito por causa do verão, altura do ano em que a erva encontrava condições favoráveis a um crescimento mais rápido.

Quanto à ligação entre o Porto Judeu e a Salga, lembrou que as ervas naquele local se encontravam altas mas secas, por via da aplicação de um produto adequado para a sua eliminação, esperando que a Junta de Freguesia de S. Sebastião procedesse brevemente à respectiva limpeza.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro, percebendo pela leitura do relatório da actividade municipal uma prioridade política da gestão autárquica carente de obras estruturantes, encontrou nele muita actividade social com aplicação de despesa em actividades de pouco retorno para o desenvolvimento do concelho, resumindo-se apenas à satisfação imediata dos participantes nos eventos.

Reconhecendo o acerto da intervenção levada a cabo na pavimentação dos arruamentos no interior do Relvão, propiciadora de maior segurança às actividades desportivas e de lazer lá praticadas, chamou a atenção para a necessidade de alguns cuidados a ter com aquele piso, já que a pouca espessura em determinadas zonas permitiria a penetração de ervas, algo facilmente ultrapassado com adequada manutenção.

Mostrou-se no entanto discordante com a cor laranja berrante utilizada nos tijolos aplicados no revestimento dos pilares dos abrigos construídos, parecendo-lhe mais adequado a aplicação basalto cerrado ou algo semelhante que proporcionasse melhor enquadramento com as muralhas do Castelo e toda a zona envolvente.

No tocante às obras de asfaltagem da zona do Pico da Urze, que deveriam estar prontas antes do início do ano lectivo, constatando algum atraso possivelmente motivado por problemas de planeamento, quis saber qual a data prevista para a sua conclusão, já que as dificuldades de acesso às habitações constituíam motivo de queixa por parte dos respectivos moradores.

Sugerindo uma análise mais criteriosa ao tipo de eventos merecedores de apoio camarário, designadamente aulas de YOGA, S.T.A.S., astrologia e o congresso das testemunhas de Jeová, considerou que a apanha e adopção de canídeos deveriam ser tratada na divisão de saúde pública veterinária e não nos resíduos sólidos, questão a ser corrigida na apresentação do próximo relatório.

Quanto ao capítulo 6º, referente ao Ordenamento do Território e Renovação Urbana, solicitou alguma informação sobre o procedimento realizado e o valor da adjudicação do projecto base de remodelação do mercado Duque de Bragança.

A Sra. presidente da Câmara esclareceu que os pilares do referido abrigo do Relvão ou as pérgulas, ainda por concluir, serviriam para colocar trepadeiras que, limitando a visibilidade das estruturas de suporte, garantiriam zonas de sombra a poucos metros de distância uns dos outros, e que, na qualidade de frequentadora assídua daquele espaço, detectara, para além da infiltração de ervas nos pavimentos, algumas outras imperfeições entretanto já corrigidas.

No tocante ao projecto base do novo mercado Duque de Bragança, anunciou que o júri escolhera já uma das cinco empresas locais de arquitectura concorrentes, que deveria apresentar o projecto no prazo de 45 dias.

Quanto ao troço Canada dos Folhadais/Pico da Urze, lembrou que a obra sofrera uma interrupção inicial, para dar seguimento aos trabalhos do Caminho do Meio de S. Carlos, vendo-se posteriormente a autarquia forçada, por questões de segurança das crianças frequentadoras do Colégio de Santa Clara, a tomar a decisão de afundamento da ribeira, o que, por sua vez, obrigara também ao abaixamento da tubagem da via, trabalhos que acabaram por ser afectados no seu tempo de execução, devido ao aparecimento de afloramentos rochosos de apreciável dimensão.

Lembrou também que o atraso nas obras do troço entre a antiga discoteca “Satiricon” e a canada da Penha de França se devera a intervenções da responsabilidade da EDA, que previa a conclusão dos seus trabalhos por volta de 8 de Outubro, permitindo a partir daí a regularização do piso e a respectiva asfaltagem, tendo-se procedido já, após a aquisição dos respectivo terreno, à expansão do parque de estacionamento do Largo do Pico da Urze e da sua asfaltagem, bem como à construção de um passeio num dos lados do troço que liga aquele largo à rua Capitão João de Ávila.

Encontrando-se já asfaltado o troço compreendido entre a Canada dos Folhadais e o novo loteamento no alto do Pico da Urze, previa a conclusão dos trabalhos entre 15 e 18 de Outubro, após a finalização das intervenções da PT e da EDA, evitando-se posteriores rasgos no asfalto.

Finalmente, mostrou a convicção de que a Canada da Penha de França, o último troço a sofrer intervenções, estaria concluída nos finais de Novembro.

A Sra. d.m. Alódia Costa e Silva, que, na sequência das intervenções do Sr. deputado Luís Rendeiro, acabara por não perceber qual o procedimento adoptado a respeito do novo Mercado Duque de Bragança, solicitou esclarecimentos sobre “*a aquisição de bens e serviços para o teste da técnica da temperatura para o combate às térmitas da madeira seca*” e o que, no âmbito do combate àquela praga, a autarquia pretendia fazer no próximo ano com uma rubrica aberta de apenas cinco euros.

A Sra. presidente da Câmara informou que, após consulta informal a 5 entidades, a adjudicação do projecto base do novo mercado Duque de Bragança, no valor de 20 mil euros, se processara por ajuste directo à empresa que apresentara o melhor projecto.

Quanto à técnica da temperatura para o combate às térmitas da madeira seca, recordou o estabelecimento de um contrato ARAAL com a Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social, com vista ao financiamento de dois testes de temperatura, monitorizados pela Universidade dos Açores, a decorrerem na Casa do Sal e na Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, utilizando técnicas de uma empresa americana e de outra austríaca, a aplicar no mês de Outubro, com vista à avaliação da mais adequada ao combate das térmitas no concelho.

Quanto à questão da rubrica de 5 euros, lembrou que o ano passado, no âmbito de um protocolo com a UA e a Fundação Gaspar Frutuoso, a autarquia contratara um serviço de testes de investigação relacionados com a colocação no Centro Histórico de armadilhas luminosas, daí resultando um relatório contendo um conjunto de propostas para o combate às térmitas, uma das quais apontava para a realização de testes de temperatura, a que fora dado seguimento, e a outra, relacionada com um outro tipo de trabalho a desenvolver pelos vários municípios da região e a Secretaria Regional do Trabalho em parceria com a UA, consistindo num plano de comunicação com base na emissão de panfletos informativos e outdoors.

A Sra. d.m. Alódia Silva questionou de novo a Sra. presidente da Câmara sobre as acções a desenvolver pela autarquia no combate às térmitas no próximo ano, porquanto, a existir uma estratégia pré-definida, nunca poderia ser suportada por uma rubrica aberta com apenas cinco euros, mas sim obrigatoriamente com um valor superior.

A Sra. presidente da Câmara, tratando-se de um plano regional, em que o município angrense assumira a dianteira, envolvendo iniciativas conjuntas com as autarquias de Ponta Delgada, Velas, Praia da Vitória e Horta, entre outras, vítimas de problemas desta natureza, informou que as acções a desenvolver no próximo ano dependeriam dos resultados obtidos nos testes a realizar.

O Sr. d.m. João Maria Mendes, encontrando motivo de congratulação no conjunto de iniciativas realizadas pela autarquia na cidade de Angra durante o verão, fundamentais para a animação turística e cultural, destacou o acordo estabelecido com algumas embaixadas, proporcionando eventos de elevada qualidade com a vinda de mostras gastronómicas e intérpretes de música clássica de renome internacional, potenciadores do desenvolvimento turístico e cultural da nossa terra.

Elogiou também o festival de órgãos promovido pela CM, através da Culturangra, no qual tivera o gosto de participar, constatando o enchimento das igrejas com uma iniciativa onde participaram dois organistas, o terceirense natural da Ribeirinha Ricardo Toste e um colega músico portuense, cujo custo envolvia apenas a deslocação deste último, proporcionando ao público assistente a possibilidade de comparação das sonoridades dos cinco órgãos utilizados, 4 antigos restaurados nas igrejas da Conceição, Colégio, Misericórdia e São Gonçalo e o novo da Sé Catedral, restando ainda dois por restaurar, um na igreja de São Francisco e outro na igreja de Santa Bárbara.

Recomendou ainda, a este propósito, a necessidade de incentivar e apoiar os dois jovens organistas na utilização, manutenção e afinação destes órgãos históricos, que se degradariam facilmente se não fossem utilizados.

Finalmente mostrou a sua concordância com os comentários do Sr. deputado Manuel Conde Bettencourt sobre a praça Almeida Garrett, por se tratar de facto de um monumento deprimente o que se encontrava no seu centro.

O Sr. d.m. João Tavares, em jeito de agradecimento, felicitou a CM pelas obras realizadas na freguesia do Porto Judeu, salientando a conclusão da primeira fase da obra

da Sede da Junta de Freguesia, inaugurada em Junho, a conclusão da falésia do porto de pesca, contribuindo para a consolidação e segurança das habitações circundantes e, ainda, o apoio financeiro concedido para a construção do pavilhão multiusos, juntamente com verbas disponibilizadas pela Junta de Freguesia e pelo Governo Regional, infraestrutura potenciadora do desenvolvimento de várias modalidades desportivas, para além do futebol.

Por fim, mostrou-se satisfeito com as estradas municipais da freguesia contempladas no pacote de estradas.

A Sra. d.m. Carla Terra questionou a Sra. presidente da Câmara sobre os indicadores que originaram a atribuição em 2008 do galardão de “*melhor concelho para se viver*”, desejando saber se fora previsto algum tipo de monitorização e que medidas estariam a ser tomadas para que a cidade voltasse a ser merecedora de tão honroso título.

A Sra. presidente da Câmara recordou que o referido galardão fora atribuído à autarquia em 2009 através de um inquérito nacional sobre as condições de vida em 20 concelhos do país elaborado pelo Instituto de Tecnologia Comportamental, INTEC, em parceria com o semanário " O Sol ", registando o município angrense o primeiro lugar numa média de 10 indicadores tão distintos como a tolerância, felicidade, cultura, lazer, etc., tendo a autarquia resignado a sua participação em 2010, por tal implicar um gasto de 15 a 20 mil euros incompatível com as prioridades definidas.

A Sra. d.m. Anabela Gomes felicitou o COFIT pela excelente organização do Festival Internacional de Folclore, congratulando-se com o apoio logístico da CM na montagem do palco e iluminação da Praça de Touros, a disponibilização do auditório do CCCAH em caso de mau tempo e com a ornamentação da rua da Sé, para além do apoio financeiro prestado de 18 mil euros, regozijando-se com a participação de cerca de 6 mil pessoas que enchiam a praça de toiros, número bastante considerável, onde se incluía, atendendo à população da ilha Terceira.

O Sr. d.m. Manuel Conde Bettencourt, desconhecedor do regimento e sentindo-se bastante incomodado por questionar a Sra. presidente sentado, enquanto ela lhe respondia de pé, por uma questão de delicadeza, também tomaria a palavra nessa posição.

Mostrando-se imensamente satisfeito com as diferenças verificadas na cidade entre 1980 e a actualidade, considerou ainda necessário proceder-se a algumas melhorias, sem grandes despesas, designadamente o mau isolamento sonoro do grande auditório do CCCAH, já que um amante de música clássica que assistisse a um concerto de piano denotaria alguns ruídos perturbadores provenientes das traseiras, podendo originar que, futuramente, um executante daquele instrumento um pouco mais exigente viesse a interromper o espectáculo por se sentir incomodado com o barulho, urgindo a obtenção de uma solução técnica para o problema ou a utilização de um espaço alternativo para aquele tipo de eventos.

Em segundo lugar sugeriu uma melhor ocupação para o dia europeu sem carros, em que se desenvolviam actividades continuadas, onde, por mera simbologia, se devolviam algumas zonas da cidade aos seus habitantes e aos peões, com ausência de circulação automóvel, evitando-se assim uma rotina anual motivadora de alguns protestos por parte de comerciantes e automobilistas.

Finalmente defendeu uma política integrada que identificasse os órgãos de tubos existentes, promovesse a criação de quadros competentes e responsáveis pela sua manutenção, para além de executantes mais ou menos brilhantes em termos artísticos, que pusessem os órgãos a funcionar evitando a sua deterioração por falta de uso,

designadamente através de alertas às entidades competentes e à concessão de bolsas de estudo a estudantes do concelho que possuíssem vontade e talento para aquele tipo de instrumentos.

O Sr. presidente da Mesa, não se mostrando surpreendido com a delicadeza do Sr. d.m. Manuel Conde Bettencourt, por o conhecer desde sempre, lembrou que a sua atitude ao levantar-se era regimental, constituindo tal gesto importante incentivo para continuar.

A Sra. presidente da Câmara, que começou por se mostrar agradada com o reparo do Sr. d.m. Manuel C. Bettencourt relativo ao esforço desenvolvido pela autarquia na melhoria da qualidade da animação no concelho durante o período do Verão, como amante do silêncio e também participante do espectáculo do passado sábado no CCCAH, também se sentira incomodada com o ruído provocado pela lavagem de copos, tendo solicitado já o estudo de uma solução técnica com vista à insonorização daquela sala, cujo problema residia nas saídas de emergência e num inadequado sistema de ar condicionado, devendo permitir a realização simultânea de eventos na sala contígua, como fora o caso de uma mostra gastronómica a decorrer paralelamente.

Mais difícil seria controlar o grilo que se fartara de cantar durante o espectáculo, só parando após a passagem de um helicóptero.

Em relação ao dia europeu sem carros, lembrando a agradável sensação de se passear pela cidade em silêncio, olhar e observar sem a preocupação dos automóveis, referiu que este ano as actividades se dirigiram aos mais novos sensibilizando-os para os veículos eléctricos ou híbridos, mais amigos do ambiente, já que a autarquia se encontrava envolvida num programa regional para a mobilidade eléctrica, almejando o uso de transportes colectivos eléctricos num futuro próximo e postos de abastecimento rápidos ao longo do concelho, potenciadores de uma circulação mais amiga do ambiente. Não sendo possível eliminar totalmente a circulação automóvel do centro histórico, era possível adequá-la aos dias de hoje, o que vinha sendo feito.

No tocante aos órgãos de tubos e respectiva formação de quadros, informou que o regime de atribuição de bolsas municipal, alvo de uma próxima proposta de alteração a ser submetida à AM, não contemplava a formação de jovens nessa área, resultando importante a iniciativa levada a cabo pela autarquia, pelo facto de o angrense Ricardo Toste apenas ter tido 5 colegas de curso a nível nacional, facto revelador das dificuldades de recrutamento de executantes daquele tipo de instrumento musical.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves enumerou um conjunto de valores percentuais reveladores de uma muito baixa execução orçamental, solicitando explicações da Sra. presidente de Câmara para esse facto.

A Sra. presidente da Câmara começou por considerar que a autarquia, SMAH e Culturanga incluídos, promoviam uma gestão orçamental rigorosa, pretendendo atingir sempre melhores níveis de execução, muitas vezes condicionados por questões processuais, como sucedera, por exemplo, com a aquisição do equipamento destinado a três furos para captação de água.

Porem, apesar dos atrasos verificados na obra do Pico da Urze e de idêntica circunstância ter ocorrido também nas obras de substituição da rede de águas e respectivas repavimentações nas freguesias de Ribeirinha, S. Bartolomeu, S. Pedro e Terra Chã, devido a dificuldades de execução por parte da empresa COTAÇOR com os consequentes atrasos na facturação e pagamento, considerou bastante positiva a execução física ao nível dos SMAH.

No tocante a S. Bartolomeu, reconheceu alguma responsabilidade dos SMAH e da junta de freguesia no atraso nas obras, devido à necessidade de arranjos na estrada.

Apresentadas que foram candidaturas aos fundos comunitários no valor de 13 milhões de euros, envolvendo a CM, os SMAH e a Culturangra, perfazendo mais de metade do total de 20 milhões de investimento, não incluindo a candidatura da escola de Santa Bárbara, apesar de decorrer um procedimento de elevado valor destinado às ETAR de S. Sebastião e de São Mateus, previa-se uma execução bastante satisfatória dos SMAH, próxima dos 80%.

O Sr. d.m. Carlos Pinheiro, começando por se associar à decisão de atribuição de um aparelho de tele-assistência a um idoso da sua freguesia, a pedido de um cidadão anónimo, sem a participação da junta de freguesia, solicitou de seguida a intervenção da Sra. presidente da Câmara na resolução do problema do edifício da antiga UNICOL na Grotta do Vale, dado o avançado estado de degradação em que se encontrava, exemplo de um péssimo cartão de visita de uma cidade que ostentava a classificação de património mundial.

Em nome da junta de freguesia da Feteira, agradeceu à Sra. presidente da Câmara e a todo o elenco camarário a asfaltagem do acesso à casa mortuária, que tanto transtorno causara cada vez que havia um funeral, sobretudo pelo esforço adicional exigido pelo facto daquele trabalho não se encontrar nos planos da autarquia.

Agradeceu por último à Dra. Sofia Couto a reconstrução do muro e da escadaria na zona balnear, proporcionando assim melhores condições ao lazer dos seus utilizadores.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro referindo-se às obras do Pico da Urze, recomendou que futuramente fosse efectuado um melhor planeamento em obras semelhantes, no sentido de evitar que alguns melhoramentos tivessem que ser efectuados com a obra em curso, resultando em atrasos, transtornos e custos acrescidos.

Em segundo lugar solicitou à Sra. presidente da Câmara mais algumas informações respeitantes ao projecto base do mercado Duque de Bragança e quais os critérios da adjudicação directa.

A Sra. presidente da Câmara, em resposta ao Sr. d.m. Carlos Pinheiro sobre o edifício da antiga UNICOL, lembrou tratar-se de uma propriedade privada, tendo sido presente à autarquia, no final de 2009, um projecto para a construção de um “Retail Park”.

Sobre as questões levantadas pelo Sr. d.m. Luís Rendeiro relativas ao mercado Duque de Bragança, lembrou que o caderno de encargos incluía um programa base com um conjunto de exigências estabelecidas por lei, para além das inscritas pela autarquia no programa funcional, depois de auscultados os comerciantes quanto às dimensões e ocupação de cada espaço, nelas constando um parque de estacionamento no rés-do-chão e o primeiro piso, ao nível da rua do Rego, dispondo de espaços comuns de frio para as frutarias, uma padaria, espaços para lacticínios e mais um conjunto de outras especificações.

Fundamentando-se o critério de avaliação do programa base essencialmente no cumprimento do caderno de encargos, já que o preço apresentado por cada um dos concorrentes variava entre os 19 e os 20 mil euros, esclareceu que aquele programa consistia num estudo prévio sobre a ocupação do espaço, incluindo projecção a 3 dimensões para melhor visualização.

A Sra. d.m. Alódia Costa e Silva, constatando tratar-se apenas um projecto base, pretendeu saber qual a data de apresentação do projecto de execução da obra, obtendo

como resposta da Sra. presidente que seria lançado novo concurso público imediatamente após a entrega e avaliação do projecto base, findo o prazo de 45 dias, por se prever um valor superior a 150 mil euros.

O Sr. presidente da Mesa, considerando **apreciado o documento informativo constante do Ponto 1.1**, interrompeu os trabalhos para almoço, marcando o seu reinício para as 14H00.

1.2 - Terceira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal, relativos a 2010, para aprovação, nos termos da alínea b), n.º 2, artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a qual apresenta os seguintes resultados:

- Revisão ao Orçamento:

Receita – anulações: €284 916,45 (duzentos e oitenta e quatro mil novecentos e dezasseis euros e quarenta e cinco cêntimos)

Despesa – anulações: €284 916,45 (duzentos e oitenta e quatro mil novecentos e dezasseis euros e quarenta e cinco cêntimos)

- Revisão às Grandes Opções do Plano:

Anulações: €174 916,45 (cento e setenta e quatro mil novecentos e dezasseis euros e quarenta e cinco cêntimos)

A Sra. presidente da Câmara, iniciando os trabalhos da parte da tarde pelas 14h20, na apresentação do documento, informou que a revisão dos documentos provisionais resultara da redução das transferências do estado para as autarquias, dada a conhecer através da Lei 12-A/2010, de 30 de Junho, que, no caso de Angra do Heroísmo, totalizava aproximadamente quatrocentos mil euros, como se poderia verificar no *Fundo de Equilíbrio Financeiro* e no *Fundo Social Municipal* respeitante às componentes corrente e de capital.

Em consequência, foram efectuados acertos nos contratos ARAAL e ajustamentos na componente de despesa em alguns projectos, em função do valor de adjudicação ou do andamento de cada uma das empreitadas, adequando-os à realidade actual, designadamente 47 073 na redução do valor inicialmente previsto para adjudicação da empreitada de uma escola, 15 000 euros resultantes do diferencial entre o custo inicialmente previsto para o programa base do Mercado Duque de Bragança de 40 000 euros e o custo efectivo de 25 000euros e ainda a redução para metade dos 140 000 euros previstos para o projecto da estufa do jardim, já concluído e a aguardar parecer da DRC, permitindo mesmo assim o início da obra após o licenciamento necessário.

Não se registando quaisquer inscrições para a apreciação do documento, posta à votação, a **terceira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano constante do ponto 1.2 foi aprovada por maioria**, com 24 votos a favor (17 do PS, 4 do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do d.m. independente) e 8 abstenções do PSD.

1.3 - Proposta de criação de uma empresa municipal TERAMB - EEM – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, para aprovação, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 53.º, n.º 2, alínea l) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, designadamente, o artigo 8.º, n.º 1, alínea a).

A Sra. presidente da Câmara informou tratar-se de uma iniciativa conjunta da CMAH e da CMPV para a gestão integrada do tratamento dos resíduos sólidos urbanos, visando a candidatura ao Fundo de Coesão, que permitirá aceder a verbas para a sua construção, embora actualmente se desconheça qual a tecnologia a utilizar, passo a ser dado após a constituição da dita empresa e lançamento dos concursos.

Numa primeira fase, a empresa ficará responsável pela gestão do aterro intermunicipal, que actualmente é assegurada pela CMAH com participação financeira da CMPV.

Formalmente fora apresentada uma versão dos estatutos consolidada entre as duas autarquias, alvo de posteriores alterações por parte da CMAH, anexadas à proposta inicial, no sentido de tornar menos abrangente o seu objecto social.

Em reunião de câmara fora proposto que o Conselho de Administração fosse nomeado por ambas as câmaras municipais, dois membros pela CMAH e um membro pela CMPV, sendo que o Fiscal Único seria nomeado pela Assembleia Geral, contrariando o disposto no código das sociedades comerciais.

Como já formalizado em reunião da Assembleia Municipal da Praia da Vitória, apresentava agora à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo a proposta para que o Fiscal Único e o Conselho de Administração fossem ambos nomeados pela mesma entidade.

Enumerou ainda algumas correcções respeitantes a pequenos erros de redacção constantes nos documentos já alterados e corrigidos, podendo ser disponibilizados para consulta.

Os Sr. d.m. Luís Rendeiro, apesar da concordância do seu grupo municipal quanto à ideia base da criação da empresa, por não estarem ainda definidos o método de tratamento de resíduos nem os custos energéticos e ambientais, anunciou que o seu grupo municipal se absteria, até à clarificação daqueles procedimentos e assim poderem manifestar as suas opiniões.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, apesar de considerar a actual proposta de parceria entre os dois municípios uma boa base de trabalho, entendeu-a não merecedora do apoio do seu grupo municipal, por carente de informação e clarificação em alguns aspectos.

Em primeiro lugar por a entidade a criar passar a deter competências tão abrangentes como as da própria Câmara Municipal, interferindo em planeamento urbano, transportes, etc., aspectos atempadamente corrigidos pela CMAH, mantendo contudo pouca transparência ou até mesmo ignorando aspectos técnicos relevantes merecedores de conhecimento antes da sua constituição.

Estendeu ainda as suas críticas ao estudo económico efectuado, à possibilidade de escape ao controlo político da Assembleia Municipal e ao desconhecimento da estrutura de encargos dos resíduos sólidos para o munícipe consumidor final, enquanto se mantivesse desconhecida a solução técnica a adoptar, apesar do custo estimado de 23 euros por tonelada.

Questionou também não só sobre o futuro dos SMAH, uma vez que actualmente a Tecnovia Açores e outras empresas já recolhiam resíduos e a reciclagem era feita por serviços externos, como também se faria sentido a criação de uma empresa intermunicipal, tendo em conta as pretensões do Sr. presidente da CM da P. da Vitória na concessão de várias actividades de gestão de resíduos sólidos urbanos a empresas privadas.

Assim, o seu grupo municipal abster-se-ia, apesar de considerar uma boa base de arranque para a futura gestão de resíduos na ilha, não apoiando a proposta de forma explícita, por deixar muitas dúvidas que gostariam de ver esclarecidas.

A Sra. presidente da Câmara esclareceu que o objecto da votação recaía sobre a criação de uma empresa inter-municipal destinada ao tratamento dos resíduos sólidos urbanos da ilha, a qual levaria a cabo todos os procedimentos conducentes à solução tecnológica a adoptar.

Para além de numa primeira fase a sua composição assentar num número limitado de funcionários ligados ao aterro intermunicipal, do qual se constituiria gestora, e de os SMAH continuarem a executar os serviços de limpeza, recolha de lixo, tratamento e investimento na área das águas e ainda a gestão das estações de tratamento de águas residuais, informou que a Assembleia Geral da futura empresa intermunicipal seria composta pelos dois presidentes de Câmara e os Planos e Orçamentos aprovados por ambas as câmaras municipais de acordo com o previsto na lei.

Tornando-se necessário à rentabilização da estrutura a instalar receber resíduos provenientes de outras ilhas, apelou para o envolvimento de todos num assunto vital para o concelho e para a ilha, garantindo que todo o processo conducente à solução tecnológica definitiva seria presente à Assembleia Municipal.

Lamentando que por vezes a ausência de uma entidade comum impedisse a realização de actividades conjuntas entre os dois municípios, no caso presente os estatutos previam a celebração de contratos para a assunção de possíveis custos excedentários, sendo que algumas soluções tecnológicas se perspectivavam menos onerosas do que o actual depósito em aterro, considerando a previsão de uma receita associada à redução energética.

O Sr. d.m. Paulo Monjardino, exprimindo mais a sua opinião pessoal do que a do seu partido, mostrou-se agradado com a constituição da empresa inter-municipal pretendida porque permitiria uma gestão mais integrada e vantajosa dos resíduos sólidos, da água e eventualmente das ETAR, embora nessa área existisse pouca sobreposição entre os dois municípios, com a eventual excepção da zona de S. Sebastião.

Considerando muito reduzido o montante de 50.000€ (cinquenta mil euros) como capital social para a constituição de uma empresa que se propunha gerir um património tão elevado e atendendo a que os actuais activos do aterro para ela transitariam, pretendeu saber se o mesmo se passaria com os carros do lixo ou se cada uma das câmaras manteria a actual estrutura separada ao nível da recolha, já que, em seu entender, seria útil a integração porque representaria uma poupança real de mão-de-obra para ambos os municípios em termos administrativos e de planeamento.

Congratulando-se com as alterações efectuadas nos estatutos, face ao desequilíbrio inicial contido na multiplicidade de funções atribuídas, reconheceu útil a valorização energética, entendendo demasiado optimista e escasso de cabimento orçamental o estudo efectuado, já que, quanto mais complexa, mais onerosa seria a solução.

Por fim, quanto ao orçamento, visando a poupança, considerou necessário introduzir alguma ponderação na rubrica reservada a vigilantes, com o valor de 111.000€ (cento e onze mil euros), e na de pessoal, com o valor de 151.000€ (cento e cinquenta e um mil euros).

A Sra. presidente da Câmara começou por reconhecer a existência de erros de português, a corrigir posteriormente, motivados pelo pouco tempo disponível para

efectuar alterações dentro do prazo previsto para entrega do documento, até 30 de Setembro.

No tocante ao capital social, proceder-se-ia à incorporação de activos de ambas as autarquias que partilhavam o investimento e, numa primeira fase, apenas se faria a gestão do aterro em comum, podendo o mesmo vir a acontecer com a recolha numa fase posterior, servindo as duas reuniões anuais da Assembleia Geral para aprovação dos documentos provisionais e aprovação de contas.

Quanto ao estudo económico, considerou errado tentar prever prematuramente a melhor solução tecnológica e o conseqüente impacto nos custos e nas receitas de cada uma das autarquias.

O Sr. d.m. Francisco Barros anunciou a concordância do seu grupo municipal com a criação desta empresa municipal, considerando desprovidas de sentido as fronteiras administrativas quando se tratava de procurar a melhor solução para a gestão e tratamento de resíduos comuns ou para a distribuição de água, preocupações constantemente presentes às reuniões da AM, determinando orçamentações sistemáticas para a criação de bolsas de aterro com o conseqüente impacto ambiental negativo numa área tão limitada como é uma ilha, e que, por inexistência de soluções perfeitas para o tratamento de resíduos, inevitavelmente provocaria sempre discussões no futuro.

O Sr. vereador Francisco Cota Rodrigues esclareceu que a empresa inter-municipal se ocuparia da recolha e tratamento de resíduos e da gestão da qualidade da água, transferindo-a para as zonas de menor abundância, verificando-se suficientes as actuais disponibilidades do concelho de Angra para satisfazer as suas necessidades próprias e ainda abastecer a Base Aérea 4 e metade do concelho da Praia da Vitória.

Informando a presença de técnicos da autarquia no estrangeiro a desenvolver trabalhos de pesquisa e observação na busca da melhor solução para o tratamento de resíduos, apelou ao envolvimento consensual de todas as forças políticas e dos cidadãos em geral para um investimento cuja previsão rondaria os 40 milhões de euros.

Quanto à valorização energética dos resíduos, que poderia dividir-se em dois grandes grupos, uma das tecnologias possíveis para o seu tratamento assentava na compostagem, consistindo na separação dos plásticos da matéria orgânica, que a seu tempo se transformaria num composto útil para a agricultura, a outra orientava-se no sentido da obtenção de etanol, um biocombustível resultante da fermentação da matéria orgânica.

Outra técnica possível, actualmente em uso em ilhas periféricas da Europa, constava do aproveitamento de lixo para a obtenção de energia, “*waste to energy*”, à custa do calor resultante da combustão dos resíduos.

Por fim, apesar de qualquer uma das tecnologias de possível adopção envolver sempre vantagens e desvantagens, certo seria a necessidade de adequação à rigorosa legislação comunitária, cada vez menos permissiva à construção de novos aterros como o actual, o qual, desde a sua criação, sempre comportara riscos ambientais insustentáveis.

O Sr. d.m. António Maio, na qualidade de presidente do Conselho de Ilha, cujo objectivo, para além de outros, visava a cooperação entre os dois concelhos da ilha, aprovou a ideia da criação da empresa inter-municipal, considerando-a como a melhor opção para a gestão do tratamento dos resíduos e um excelente exemplo de cooperação entre ambas as autarquias.

Como economista, constatando que a TERAMB contaria com a comparticipação de 85% do Fundo Europeu de Coesão e com 15% não co-financiáveis a assumir pelas autarquias,

defendeu uma previsão de investimento que conduzisse a um estudo de rentabilidade que permitisse comparar o volume do investimento com as receitas de exploração previstas.

Esgotadas as intervenções e posta à votação, a **Proposta constante do Ponto 1.3 foi aprovada por maioria** com 22 votos a favor (18 do PS, 3 do PSD, 1 do d.m. independente) e 12 abstenções, (9 do PSD, 3 do CDS-PP).

1.4 - Proposta da Câmara Municipal, para a manutenção das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis a vigorar em 2011, sendo de 0,4% a taxa a aplicar aos prédios urbanos e 0,2% a taxa a incidir sobre os prédios urbanos avaliados, para aprovação, nos termos do artigo 112.º, n.º 5, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na redacção dada pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro.

A **Sra. presidente da Câmara**, na apresentação do documento, disse que pouco mais haveria a acrescentar, para além da manutenção das taxas mínimas em vigor e que a autarquia continuaria a não propor a implementação da derrama, ao contrário da maioria dos municípios da região.

Não se registando quaisquer intervenções, posta à votação, a **Proposta constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade.**

1.5 – Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Concessão de Bolsas – Bolsangra, para aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A **Sra. presidente da Câmara** adiantou que, por não existir vereador com competências em matéria de educação que integrasse a comissão de avaliação das candidaturas, essa função seria assumida por si, na qualidade de presidente da Câmara.

Não se registando quaisquer inscrições, posta à votação, a **Proposta constante do Ponto 1.5 foi aprovada por maioria**, com 23 votos a favor (17 do PS, 3 do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do d.m. independente) e 8 abstenções do PSD.

1.6 – Parecer do Chefe da Divisão Administrativa da Câmara Municipal, no sentido da Assembleia Municipal deliberar sobre a iniciativa de inventariação da festa brava na Ilha Terceira como Património Cultural Imaterial, nos termos do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho.

O **Sr. d.m. João Maria Mendes** lembrou que a iniciativa merecera aprovação unânime por parte da AM há pouco mais de um ano e não se oporia a que a Festa Brava fosse inventariada como Património Cultural Imaterial.

Não havendo mais intervenções, o **Parecer constante do Ponto 1.7 foi aprovado por unanimidade.**

1.7 – Pedido de classificação como Imóvel de Interesse Municipal do imóvel designado Quinta do Espírito Santo, sito na Rua Dr. Teotónio Machado Pires, Freguesia de São Bartolomeu dos Regatos, pertencente a Francisco dos Reis Maduro Dias, para aprovação, nos termos do artigo 6.º, n.º 2, do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A, de 24 de Agosto.

O **Sr. presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu**, na apresentação do documento, cuja paternidade cabia à Junta de Freguesia e não ao seu proprietário, realçou a necessidade de classificar o referido imóvel pela sua riqueza histórico-cultural.

O **Sr. d.m. João Maria Mendes**, sempre disponível para apoiar classificações patrimoniais daquele tipo, anunciou que o pedido de classificação do imóvel em apreço,

que desde sempre conheceu como pertença da família Maduro Dias e que recentemente sofrera obras de remodelação, obteria o voto favorável do seu grupo municipal.

Referiu também a existência de outro imóvel ainda mais antigo, na Quinta de S. José, também merecedor do mesmo tipo de classificação, evitando que voltasse ao estado de degradação a que fora votado durante vários anos, à semelhança da Quinta de N^a Sra. dos Milagres, situada em frente, da qual apenas restavam as paredes da casa e a ermida que se vinha mantendo, fruto da devoção do povo do Pesqueiro.

O Sr. presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu esclareceu que a Quinta de S. José, alvo de obras de remodelação após intercessão da Junta de Freguesia junto da DRC, já se encontrava classificada como imóvel de interesse municipal.

Adiantou ainda que os apelos lançados pela autarquia junto da proprietária para a realização de obras de remodelação na Quinta de N^a Sra. dos Milagres não sortiram efeito, mantendo-se a ermida conservada à custa do interesse das sucessivas comissões de festas.

Posto à votação, **o pedido de classificação constante do Ponto 1.7 foi aprovado por unanimidade.**

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

2.1 – Recomendação ao Serviço de Finanças de Angra do Heroísmo, no sentido de diligenciar a melhoria das condições de atendimento do público, bem como a implementação naquele Serviço de um horário de atendimento contínuo.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro solicitou a introdução de uma pequena correcção ao texto no sentido de o dirigir ao Serviço de Finanças e não à CM. Assim, a AM deveria recomendar ao Serviço de Finanças a abertura ao público no período de almoço.

O Sr. d.m. Francisco Barros, que entendeu como preocupação premente a abertura da repartição de finanças de AH à hora do almoço, à semelhança do que acontecia em todo o país, excepto nos concelhos de Lisboa e Porto, deu a conhecer que a Direcção Geral de Finanças tomara a iniciativa de contactar com a repartição de Angra do Heroísmo, no sentido de adoptar o horário contínuo, o que merecera a concordância dos seus responsáveis.

Concordando com a Recomendação proposta, mantendo a totalidade do texto restante, sugeriu a seguinte alteração ao seu ponto 2: “*visando um melhor serviço de informação aos utentes com a eventual afectação de um funcionário*”.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro, em nome do grupo municipal proponente, concordou com a sugestão do Sr. d.m. Francisco Barros.

Não se registando mais inscrições, posta à votação com as alterações propostas, **Recomendação constante do Ponto 2.1 foi aprovada por unanimidade.**

2.2 – Proposta no sentido de a Câmara Municipal, desde que possível, adquirir terrenos junto às zonas balneares do Concelho de Angra do Heroísmo com problemas mais graves ao nível do estacionamento automóvel, de modo a serem construídos parques de estacionamento.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro, na apresentação do documento, referiu que Proposta visava a aquisição de terrenos pela autarquia com vista à construção de parques de estacionamento

junto das zonas balneares onde tal fosse possível, como no caso da zona envolvente à Silveira, onde muitos banhistas estacionavam na circular, da Salga e dos Salgueiros, evitando constrangimentos no trânsito automóvel e de peões, para além das habituais multas aplicadas aos banhistas em locais de estacionamento proibido, por falta de alternativas.

A Sra. presidente da Câmara lembrou que no âmbito de requalificação das zonas balneares, para além das outras estruturas de apoio como balneários, snack-bars ou cafés, o estacionamento revelava-se uma das questões mais pertinentes.

No âmbito do Plano de Requalificação das zonas balneares, fora dada prioridade à Salga e à baía do Refugo que este ano merecera pela primeira vez a atribuição da bandeira azul, devido às obras de requalificação e instalação dos equipamentos adequados.

Reconhecendo a necessidade de melhoramentos no estacionamento e na circulação de veículos e pessoas naquelas zonas, informou estar em curso um levantamento topográfico, a realizar pelo arquitecto Miguel Cunha, a quem foi recomendada a listagem exaustiva das necessidades e dada a indicação expressa de que, no caso da baía da Salga, o trânsito se processasse num só sentido e fossem construídos passeios junto ao mar criando maiores condições de segurança e uma zona de apoio mais dignificada.

Quanto à zona da Silveira, merecedora de grande preocupação por parte da autarquia, onde as dificuldades de estacionamento se faziam sentir com mais acuidade pela grande afluência de banhistas, informou que já dera conhecimento à AM das diligências junto da Universidade dos Açores, através do seu pró-reitor Prof. Alfredo Borba, para que lhes fosse facultada a possibilidade de estacionamento, por se encontrar perto da via circular à cidade e permitir grande disponibilidade de estacionamento na época de maior procura.

O Sr. d.m. João Santos adiantou que o seu grupo municipal, apesar de partilhar as preocupações expressas, não se revia na proposta apresentada, porque, no caso da Silveira, a recomendação não visava a melhor solução que, em sua opinião, deveria apontar para a partilha do parque de estacionamento do pólo universitário do Pico da Urze, como anunciara a Sra. presidente da Câmara, em vez da aquisição de terrenos.

Em seu entender, como anunciara noutras reuniões da AM, estava a recomendar-se o que já fora recomendado, ou seja propunha-se fazer o que já se encontrava feito ou estava em marcha, designadamente, nas Grandes Opções do Plano para 2010, o Plano de Requalificação das zonas balneares do concelho explicado pela Sra. presidente da Câmara, envolvendo investimentos e alguns trabalhos já pagos, além dos projectos em curso referentes à requalificação da Salga e do Refugo.

Assim, não faria sentido que o seu grupo municipal votasse favoravelmente a Proposta, visto que a CM já identificara os problemas, procurara as soluções e promovias as medidas adequadas.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, desconhecendo a localização exacta do estacionamento da UA, sugeriu que o acesso se fizesse pela nova rotunda acima da Silveira, por parecer mais perto, relativamente à entrada da universidade pela estrada de acesso ao Pico da Urze.

A Sra. presidente da Câmara esclareceu que o acesso automóvel ao parque de estacionamento da UA só seria possível pela da estrada do Pico da Urze, podendo fazer-se a ligação pedonal à circular, como lhe fora comunicado pelo pró-reitor Prof. Alfredo Borba.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, considerando-se esclarecido, manteve-se concordante com os princípios da Proposta apresentada que poderia revelar-se redundante caso a solução encontrada pela CM se verificasse suficiente.

O Sr. d.m. Carlos Pinheiro, referindo-se à fajã do Ficher, na Serretinha, como sendo apenas uma zona de banhos, esclareceu que o elenco da actual junta, aquando da sua entrada em funções, fora induzido em erro e informado da existência de um projecto de requalificação daquela zona o que não correspondia à verdade.

Informou ainda que a Junta de Freguesia marcara uma audiência com o Sr. Secretário do Ambiente e do Mar, com vista ao reforço da orla marítima da zona da Serretinha antes da realização de quaisquer outras obras de intervenção na zona de banhos.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro referiu que o seu partido, respondendo aliás ao desafio constantemente lançado pelo Sr. vereador Cota Rodrigues nas reuniões da AM, não fazia mais do que apresentar propostas e soluções para bem do concelho e dos munícipes, não se mostrando preocupado com questões de redundância ou com os projectos de intenções da Câmara, dispondo-se a aceitar qualquer sugestão de alteração construtiva que a tornasse exequível, já que recolhia um largo consenso.

Contudo só entendia como boa a solução adiantada pela Sra. presidente da Câmara, caso contemplasse a criação de uma ligação para viaturas entre a rotunda acima da Silveira e o referido parque, mediante a expropriação ou aquisição dos terrenos para o efeito, salvaguardando a reserva dos lugares mais próximos da Silveira para os utentes portadores do Cartão de Idoso ou com maiores dificuldades de mobilidade, adiantando como ideal a solução que permitisse a utilização, para fins de estacionamento, dos terrenos de ambos os lados da estrada circular à cidade.

O Sr. d.m. João Santos, procurando desmentir a falta de importância das questões de redundância, pelo menos para alguém da bancada do PSD, citou o 2º parágrafo da acta da reunião da AM de 28 de Junho na freguesia da Serreta, respeitante à intervenção do Sr. d.m. Joaquim Ponte sobre a proposta do CDS-PP para a construção de um parque de campismo naquela freguesia: “...*tratando-se de uma iniciativa da junta de freguesia que, mais do que um projecto, seria uma intenção de investimento provável para o próximo ano, o PSD apoiaria essa mesma iniciativa, parecendo-lhe também um pouco redundante a Proposta do CDS-PP...*”.

Aconselhando o Sr. d.m. Luís Rendeiro a ponderar o custo por metro quadrado dos terrenos na zona da Silveira, estabeleceu um paralelismo com o parque de estacionamento de Santa Luzia, acima do Centro Cultural e de Congressos de Angra, em tudo idêntico à solução apresentada pela Sra. presidente da Câmara, onde os utentes, após o estacionamento das respectivas viaturas, desciam uma escadaria para se deslocarem até ao CCCAH.

Por fim, reiterando as razões já aduzidas, declarou não poder o seu grupo municipal aprovar uma Proposta contendo recomendações já em curso.

A Sra. d.m. Anabela Gomes, conhecedora de algumas críticas provenientes de turistas relativas ao excesso de betão na orla costeira, sugeriu um maior cuidado em manter a lava visível, à semelhança do que acontecia no Havai, como forma de cativar os turistas, mostrando-se irritada com o que observara na Serretinha, onde a lava fora toda empurrada para um lado para lá ser construído um largo, ou com os lastros em betão existentes nas zonas balneares do Negrito e Biscoitos, devendo ao invés promover-se a criação de espaços verdes circundantes, relvados e arborizados, à semelhança do que acontecia nos Salgueiros.

Apontando como exemplo do profundo desrespeito pela natureza a ordem dada por um contínuo da Universidade dos Açores para que se cortasse uma árvore de modo a facilitar a entrada de um camião da tropa que fazia mudanças, defendeu uma maior preocupação pela protecção da natureza, de modo a que os turistas que nos visitam tivessem algo de especial para ver, devendo evitar-se as edificações em cima da rocha e a destruição do calhau para a construção de solários.

No tocante aos acessos às zonas balneares, admitindo que para muitos o ideal seria que se entrasse na água com o carro, recordou os benefícios do exercício físico, não se lhe afigurando difícil a deslocação a pé entre o parque de estacionamento da UA e a Silveira, como lhe acontecera no continente, numa praia a que se deslocara a pé, onde nem tão pouco conseguira lugar para estender a toalha.

A Sra. d.m. Fátima Cordeiro, como complemento à intervenção da Sra. deputada Anabela Gomes, mostrou-se defensora de parcerias e acções concertadas para preservar a riqueza paisagística dos Açores, concordando com a solução apresentada pela Sra. presidente da Câmara, por serem poucas as pessoas com problemas de mobilidade que frequentam a Silveira.

Tendo participado recentemente numa acção de formação sobre a biodiversidade dos Açores, onde se solicitava que nas escolas se desenvolvessem acções de sensibilização para o plantio de árvores e se recordasse o que de mais benéfico existia no passado, estranhava que ali se propusesse a construção de parques de estacionamento que, em seu entender, em nada simbolizavam o progresso.

A Sra. d.m. Alódia Silva adiantou que o PSD apresentara uma Proposta concreta que seria posta à votação, aguardando as medidas convenientes por parte da CM, caso contrário trariam o assunto a próximas reuniões da AM.

O Sr. d.m. José Gaspar lembrou que a nova estrada entre a rotunda acima da Silveira e a rotunda da escola Tomás de Borba, em S. Carlos, possuía capacidade para o estacionamento de mais de cem viaturas e não distava mais de 500 metros da zona balnear da Silveira.

Posta à votação, **a Proposta constante do Ponto 2.2 foi rejeitada** com 19 votos contra (18 do PS, 1 do d. m. independente), 2 abstenções do CDS-PP e 12 votos a favor do PSD.

2.3 – Proposta no sentido de a Câmara Municipal reabilitar e recuperar a baía do Fanal, de modo a que a mesma possa voltar a ser uma praia de que todos os angrenses possam usufruir e que ajude a descongestionar as zonas balneares da Prainha e Silveira, criando assim uma nova alternativa, dentro do perímetro da Cidade de Angra do Heroísmo.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro adiantou que a Proposta em apreço, relacionada com a que acabara de ser reprovada, alinhava com os programas eleitorais do PSD e do PS apresentados na última campanha eleitoral, onde designadamente o programa do PS, um pouco mais abrangente, previa zonas balneares no Fanal e na Serretinha, esta última possivelmente na zona referida pelo Sr. deputado Carlos Pinheiro.

Apelando ao consenso, os dois maiores partidos deveriam cumprir as suas promessas eleitorais criando uma nova zona balnear, atendendo à sobrelotação das já existentes na Prainha e Silveira.

Lembrou, por fim, que a requalificação da zona do Fanal se encontrava prevista desde que se procedera ao tratamento das águas residuais do concelho com a despoluição das baías de Angra e do Fanal e o conseqüente encaminhamento dos esgotos para a ETAR da

Grota do Vale, reservando-se toda a costa até S. Mateus para actividades náuticas e de lazer.

O Sr. d.m. João Maria Mendes, considerando positiva a Proposta apresentada, reconheceu as grandes potencialidades da zona do Fanal, muito frequentada por turistas devido à proximidade de dois hotéis, designadamente pela existência de uma fonte termal e de uma calçada de acesso à orla marítima que se pensava ser uma das mais antigas da cidade, a avaliar pela carta de Linschoten de 1595.

Atento ao “reverso da medalha”, bom seria recordar que, aquando da construção do bairro de Santa Luzia, se escolhera o trajecto mais comprometedor ao encaminhar os resíduos para a zona do Fanal, obrigando à construção de uma estação elevatória que os reencaminhasse para o Alto das Covas, com o risco inerente à necessidade de se proceder a eventuais descargas para a baía do Fanal, para além da confluência de águas pluviais provenientes das ruas, pátios e tardozes das casas, para além das dúvidas quanto à forma como eram descarregados os resíduos do Regimento de Guarnição.

Considerou ainda importante a intervenção da Sra. deputada Anabela Gomes, referente à proliferação de zonas acimentadas na orla marítima usadas pelos banhistas apenas dois ou três meses no ano.

Quanto à promessa eleitoral mencionada pelo Sr. deputado Luís Rendeiro, lembrou que parte do Plano de Requalificação do Fanal já fora executado, faltando apenas negociar com os proprietários a remoção de algumas oficinas ali existentes, resolver definitivamente o problema da bombagem dos resíduos provenientes do bairro de Santa Luzia e consolidar a falésia.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro, custando-lhe ver o PS a recorrer a todo o tipo de argumentação para reprovar as propostas válidas apresentadas pelo seu partido, reconheceu que a criação de uma nova zona balnear no Fanal implicaria uma requalificação de toda aquela área.

Informou que a estação elevatória possuía um mecanismo de segurança que permitia libertar o excesso de resíduos para a baía, enquanto o excesso de águas pluviais e esgotos facilmente se resolveria com um emissário submarino, à semelhança do que acontecia no Pátio da Alfândega quando as cargas eram excessivas.

Dando-se ao trabalho de ler os manifestos eleitorais dos partidos à procura de propostas consensuais, ressaltou que o PSD não se limitava a apresentar “palha” à AM, mas, sim, pelo contrário, propostas concretas e consensuais para bem do concelho, enquanto o PS procurava todo o tipo de desculpas e jogos de palavras para as reprovar, não cumprindo o que prometera e enganando os eleitores.

Ao PSD caberia o ónus da apresentação das propostas para a resolução dos problemas, enquanto o PS se ficava pelas desculpas para votar contra.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves recordou que o CDS-PP também propusera a criação de uma zona balnear no Fanal, após a consolidação da falésia e a retirada de alguns esgotos que lá desaguassem, compreendendo a preocupação do Sr. deputado João Maria Mendes na demora do projecto, justificada com o facto de os SMAH apresentarem taxas de execução de 10% em 8 meses.

Lembrando que a exposição ao mar do lado poente podia trazer consequências graves, tomara conhecimento de propostas interessantes de um arquitecto que constavam de plataformas amovíveis, permitindo a opção por um vasto conjunto de projectos bonitos e

inovadores, benéficos para o turismo e para a requalificação daquela zona da cidade que proporciona vistas interessantes para ambos os hotéis das proximidades.

A proposta, com tempo disponível para a cabimentação de verbas em 2011, visava a consolidação da falésia, independentemente da criação de uma zona balnear, onde o investimento se revelava de maior utilidade para o turismo, bem ao contrário do que de há 10 anos a esta parte se vinha a fazer com a construção de um hotel que destoava do resto da cidade, também apelidado de “monstro do Canta Galo”.

A Sra. presidente da Câmara reconheceu o interesse comum na requalificação da zona do Fanal, por se tratar de uma entrada importante da cidade, já melhorada com a construção da rotunda e recente colocação de calçada, proporcionando uma vista esplêndida para o Monte Brasil e para as ilhas de S. Jorge e Pico.

Adiantou que fora já efectuado algum trabalho de levantamento dos terrenos circundantes às barracas e oficinas ali existentes e contactados os seus proprietários que se mostraram dispostos a vender, o que levaria à apresentação de uma proposta de aquisição dos terrenos junto ao mar que permitisse uma entrada digna para uma possível zona de banhos ou um simples acesso ao mar.

No entanto, estaria a colocar-se o carro à frente dos bois e seria prematuro contemplar verbas para 2011 destinadas àquele projecto, antes que a autarquia tivesse condições para criar estruturas de apoio para o que lá se viesse a construir.

Nesta fase, a autarquia pretendia garantir a propriedade dos terrenos visando a requalificação de toda a zona do Fanal, para além da segunda fase do projecto que contemplava a requalificação da avenida Tenente Coronel José Agostinho, optando por, antes de criar novos espaços, melhorar as condições dos já existentes, daí a prioridade atribuída às baías da Salga e do Refugo.

O Sr. d.m. João Maria Mendes lembrou ao Sr. deputado Luís Rendeiro que, na sua missão de político emergente à procura de vender o seu “peixe” com um discurso arrebatado, pró demagógico e emotivo, estava a falar para o auditório errado ou não teria audiência suficiente, já que qualquer das bancadas estaria convicta das suas diferentes opiniões.

Afirmou também que o programa eleitoral do PS, em cumprimento eficaz e paciente, começara a casa pelos alicerces e não pelo telhado, ao contrário do discurso fácil e de propostas baratas e imediatas do PSD que apenas serviriam para propaganda política, como acontecera com a canalização dos esgotos do bairro de Sta. Luzia para o Fanal.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves defendeu que a proposta poderia ser encarada como um projecto para aquela zona, seguindo a mesma filosofia da marina em que se avançara com as obras e depois se criara um Plano de Salvaguarda, que afinal não se revelara a melhor solução devido ao Castelinho possuir a falésia em ruínas e o Canta Galo se encontrar na actual situação.

Tratando-se de uma baía de menores dimensões e de características diferentes, considerou importante a inscrição de verbas em 2011 para a necessária consolidação da falésia do Fanal, higienização da zona e todas as outras etapas precedentes à construção da zona balnear propriamente dita, mesmo sem a aquisição dos terrenos, dependentes do tipo de projecto que ali se viesse a desenvolver.

Reconhecendo o valor do trabalho já feito em terra há cerca de um ano atrás, o próximo passo deveria ser dado no mar, com um projecto que servisse de âncora para a dinamização daquela zona.

O Sr. d.m. Guilherme Melo, dirigindo-se ao Sr. d.m. João Maria Mendes, considerou que aquele d.m. estaria a ver o filme ao contrário, porque, se a CM tivesse começado pelos alicerces, teria apresentado um projecto para a requalificação da zona envolvendo a aquisição dos terrenos e consolidação da falésia de modo a evitar posteriores derrocadas com o andamento dos trabalhos.

Retribuiu ainda o imediatismo ao PS que nada mais fizera além das apressadas obras do passeio, com os trabalhos a decorrerem de dia e de noite e aos fins-de-semana, para que todos pudessem ver o projecto de requalificação do Fanal.

Por fim, constatando que ao Partido Socialista faltava a vontade de aprovar as propostas do PSD, apelou a que todos os membros da Assembleia despissem as camisolas partidárias, com o objectivo de trabalharem melhor em prol do concelho, definindo objectivos comuns e unindo esforços para que Angra possuísse mais uma zona balnear que se traduziria na requalificação daquela zona pobre da cidade.

A Sra. d.m. Anabela Gomes considerou de todo inconveniente que ali se levasse por diante qualquer obra que apenas resultaria numa área de banhos de dimensões reduzidas circundada por falésias perigosas.

Em resposta ao Sr. d.m. Guilherme Melo, informou que uma pessoa da sua família fora responsável pela vinda dos calceteiros à ilha, esclarecendo que os trabalhos se desenrolaram de noite e de dia no sentido de evitar o aumento das despesas relacionadas com a sua estadia, nada tendo a ver com eleições.

O Sr. presidente da Mesa, que normalmente se abstraía de intervir no processo de apreciação das propostas apresentadas, lembrou que, embora a requalificação do Fanal fosse consensual, por vezes os partidos reformulavam as suas propostas quando em presença de contextos muito diferentes. Por isso, convidou os Srs. deputados a visitarem e observarem com atenção a zona do Fanal e decidirem na próxima reunião da Assembleia Municipal se, num contexto de crise económica local, regional, nacional e mundial, se justificaria levar a cabo um investimento de milhões de euros para a construção de uma zona balnear.

Falando despido de qualquer camisola política, referiu haver momentos em que todos os partidos eram capazes de prometer a lua, devendo, de vez em quando, descer à terra e verificar a viabilidade do cumprimento das suas promessas.

Recordou que há 40 ou 50 anos atrás, quando começara a ter liberdade para frequentar as zonas balneares, o que apenas acontecia com meia dúzia de pessoas, a primeira poça da zona da Calheta nos Biscoitos feita em cimento possuía apenas 20 m², entendendo que o mesmo viria a acontecer na zona do Fanal, que acabaria por ser frequentada por 4 ou 5 pessoas durante os primeiros dias de verão, possivelmente apenas até à hora do almoço.

Sr. d.m. Luís Rendeiro, em interpelação à Mesa, referiu que os comentários do Sr. presidente seriam válidos para todo o tipo de propostas e não apenas para as relacionadas com trabalhos de construção civil, pois não fora por acaso que chamara a tenção para as diferentes prioridades políticas de ambos os lados da Assembleia e que, se na legitimidade democrática do resultado eleitoral obtido, o Partido Socialista sempre dera prioridade ao investimento em actividades de índole social, como os passeios de barco aos ilhéus das Cabras, etc., também considerava legítimo que outros partidos políticos apresentassem diferentes propostas visando o desenvolvimento do concelho.

O Sr. presidente da Mesa, constatando que o Sr. deputado Luís Rendeiro não entendera rigorosamente nada do que lhe dissera, esclareceu que não pretendia por em causa a

legitimidade da colocação de questões e da apresentação de propostas, mas que, simplesmente, apenas se atrevera a intervir sem atacar qualquer partido, visto que a intenção de requalificação do Fanal era comum a todas as bancadas.

Adiantou ainda que, em função da sua idade, apenas manifestara o seu entendimento sobre o que ali deveria ser feito, já que a requalificação do Fanal, visando uma zona de lazer, nada tinha a ver com o desenvolvimento económico do concelho, porque, se assim fosse, seria o primeiro a concordar.

Por fim, questionou o Sr. d.m. Luís Rendeiro sobre se teria algum problema em colocar uma questão na próxima reunião da Assembleia e se não entendia legítimo que o presidente da Mesa recomendasse ponderação sobre a discussão de um determinado tema, apelando à prevalência da razão.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, não entendendo claramente as intervenções do Sr. presidente da Mesa, perguntou se sugerira que a Proposta fosse adiada para a próxima reunião da AM, caso o PSD assim o entendesse, ou se seria posta à votação.

O Sr. presidente da Mesa esclareceu que não lhe caberia a si dizer aos partidos que retirassem quaisquer propostas e que, no caso vertente, apenas transmitira à AM o seu entendimento sobre aquele assunto, já que, por razões históricas e pela sua idade, constatava que aquela zona de banhos, há 40 ou 50 anos atrás, apenas era frequentada por um número reduzido de pessoas.

O Sr. d.m. Guilherme Melo, que conjuntamente com os membros do seu grupo municipal se deslocara ao Fanal antes da elaboração da Proposta, considerou-a viável e consensualmente apoiada por alguns economistas e agentes turísticos.

O Sr. d.m. José Gaspar de Lima, conhecedor da zona do Fanal desde criança, referiu não existirem ali as mínimas condições para a construção de uma zona balnear infraestruturada, mas apenas uma simples zona de banhos, já que, em altura de maré cheia, não sobrava qualquer espaço para a construção de uma área em betão idêntica à do Negrito.

Tratando-se de uma zona envolvida por falésias com um desnível apreciável, algumas em risco de derrocada, além de algumas pontas de betão onde o mar rebentava constantemente, em seu entender, a discussão deveria cingir-se á requalificação da zona, com a retirada das oficinas existentes e a reconstrução da escadaria numa fase posterior.

O Sr. presidente da Mesa, adiantando que a opinião do Sr. d.m. José Gaspar nada carreará de novo à discussão, recordou a possibilidade de qualquer partido mudar de atitude após a apresentação de determinada proposta, só não recuando quem se mostrava incapaz de raciocinar.

Exemplo disso seriam as duas torres da avenida marginal de Ponta Delgada, que, se posta à votação nos dias de hoje, com certeza não recolheria o voto favorável dos 99% de pessoas que então aprovaram o que hoje se tem como um “mamarracho”.

Posta à votação, **a Proposta constante do Ponto 2.3 foi rejeitada**, com 20 votos contra (19 do PS, 1 do d. m. independente), 2 abstenções do PSD e 11 votos a favor (9 do PSD, 2 do CDS-PP).

2.4 – Proposta no sentido de a Câmara Municipal adquirir um imóvel que possa ser requalificado e convertido numa Pousada da Juventude localizada no Centro Histórico de Angra do Heroísmo.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro salientou que a proposta daria continuidade a um conjunto de iniciativas promovidas por várias entidades, designadamente a CM e o GR, visando a promoção do turismo jovem na região, emparceirando assim com as facilidades já concedidas aos jovens nos transportes marítimos, através do cartão jovem, possibilitando uma melhor circulação pelo arquipélago.

Tendo em conta as suas necessidades de alojamento e dado que a Pousada da Juventude de S. Mateus se encontrava longe do centro da cidade e desprovida de um serviço de transportes públicos adequados, seria oportuna a criação de uma valência no centro histórico que os pudesse alojar para assim usufruírem dos estabelecimentos de diversão e lazer, além de visitas a museus, etc., adoptando aliás procedimento idêntico ao de Ponta Delgada, recorrendo para isso à aquisição e remodelação de edifícios públicos.

O Sr. d.m. João Santos, mostrando-se discordante, alegou não sentir qualquer satisfação em votar desfavoravelmente a maioria das propostas apresentadas pelo PSD, lembrando que a sua bancada, há momentos atrás, acabara de contribuíra para o melhoramento e consequente aprovação de uma delas, não se tratando da primeira nem com certeza da última.

Registando o trabalho do PSD através da apresentação de propostas à CM e o seu contribuindo para o desenvolvimento do concelho, seria bom atentar-se no facto de que sendo a pousada de S. Mateus a única na ilha Terceira, também o era em S. Miguel e no Pico, como em breve o seria em S. Jorge e Santa Maria.

Não sendo possível conjugar sempre o melhor de dois mundos, apesar de distante do centro histórico, a referida pousada situava-se numa zona calma e tranquila, perto de um pôr-do-sol magnífico, com excelente vista para o Pico e S. Jorge e rodeada de espaços verdes, enquanto a existente em Ponta Delgada distava dos principais atractivos turísticos da ilha, como era o caso da lagoa das Sete Cidades, lagoa do Fogo, parque Terra Nostra, Furnas, etc.

Correndo-se o risco de classificar a zona do Negrito e a freguesia de S. Mateus como o deserto do Atacama no Chile, referiu que a pousada não estaria assim tão longe de bares, restaurantes, museus, etc., como afirmara o Sr. deputado Luís Rendeiro, a quem muito naturalmente se tornava desnecessário lembrar os autores da escolha da sua localização.

Quanto aos transportes, não sendo possível um, como o metropolitano de Lisboa, de sete em sete minutos, referiu a possibilidade de ligação nos dois sentidos, com intervalos inferiores a duas horas, entre as 06H35M e as 18H05M, para além de uma carrinha de nove lugares propriedade da pousada.

Não sendo esta uma competência da CM e atendendo às actuais circunstâncias económicas, não seria também agora a altura ideal para a aquisição de um imóvel no centro de Angra com tal finalidade, devendo antes investir-se na estrutura actualmente existente.

Adiantando como dados informativos que, em 2009, a pousada da juventude registara 4.500 dormidas, traduzindo um acréscimo de 32% em relação a período homólogo do ano anterior, anunciou que o GR, em parceria com o organismo gestor das pousadas da juventude dos Açores, desenvolvia um Plano de Estratégia para a Promoção e Divulgação do Turismo Jovem nos Açores e todas as suas potencialidades, no qual se incluía a Pousada da Juventude da Terceira, visando melhorar as suas condições, incluindo os acessos, considerando por isso desprovido de sentido avançar-se para uma nova pousada, quando o GR acabara de investir 110.000 euros na recuperação daquela infra-estrutura e a

empresa Pousadas da Juventude SA se preparava também para nela aplicar mais uns milhares de euros, a curto prazo, na remodelação de todo o mobiliário e equipamento.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro, que gostaria que o Sr. d.m. João Santos pudesse ouvir a gravação da sua intervenção e com isso proporcionar a si próprio momentos de hilariante divertimento, fez questão de referir que não defendera a retirada da actual pousada de S. Mateus, devendo antes dar-se um passo em frente, visto que os jovens frequentadores das pousadas da juventude não procuravam o pôr-do-sol, mas sim outros tipos de diversão inexistentes na zona do Negrilo.

Apelando à bancada do PS para produzir mais trabalho, em vez de sistematicamente votar contra as propostas construtivas, simples e objectivas do grupo municipal do PSD, como sucedera na reunião em curso e na anterior realizada na freguesia da Serreta, onde nem uma proposta fora apresentada, localizou o actual dogma do Partido Socialista longe da falta de preocupação despesista manifestada em anos anteriores, como que admitindo que as contas públicas do concelho, da ilha, da região e do país tivessem mão de um qualquer gestor extra-terrestre que as conduzisse ao estado em que se encontravam.

Classificou por fim o PSD como um partido de obra, acção, trabalho e execução, ao contrário do PS que, mais uma vez, votaria contra.

O Sr. d.m. Francisco Barros referindo-se ao tom dogmático, quase messiânico do Sr. d.m. Luís Rendeiro, aconselhou-o também a ouvir a gravação do que acabara de dizer para também passar momentos hilariantes, excluindo das competências do PSD a avaliação da falta de trabalho desenvolvido pelo seu grupo municipal, que apenas aos cidadãos do concelho prestava contas.

Quanto ao passo em frente, lembrou aquela velha anedota brasileira: *“estamos à beira do abismo e vamos dar um passo em frente”*.

O Sr. d.m. João Santos adiantou ainda que, assim como o PS não se constituía na plateia do PSD, de acordo com as palavras do Sr. d.m. João Maria Mendes, também ele não seria a do Sr. d.m. Luis Rendeiro, não lhe devendo quaisquer justificações relativas ao seu trabalho, adiantando que, por muitas que fossem as propostas apresentadas pelo PSD, ou por qualquer outro grupo municipal, só aprovaria aquelas que não violassem as suas convicções.

Reafirmando não se tratar de um jogo de palavras, tinha dificuldade em compreender a razão da estranheza provocada pelo facto de o grupo municipal do PS entender desadequada a construção de mais uma Pousada da Juventude na ilha Terceira, numa altura em que se perspectivavam apreciáveis investimentos na melhoria da existente.

Posta à votação, **a Proposta constante do Ponto 2.4 foi rejeitada** com 19 votos contra (18 do PS, 1 do d.m. independente), 2 abstenções do PSD e 6 votos a favor do PSD.

2.5 – Proposta no sentido de que a Câmara Municipal aprofunde, estimule e operacionalize um conjunto de parcerias públicas, envolvendo todas as entidades com responsabilidades ao nível do património militar, e que conduzam à conservação e valorização do património militar edificado do Concelho de Angra do Heroísmo.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro salientou, na apresentação do documento, a falta de atenção conferida à preservação do património militar edificado do concelho de Angra do Heroísmo, de valor inestimável, legado através de séculos de história, visto que as fortificações mais pequenas espalhadas ao longo da costa sul do concelho se encontravam

votadas ao abandono e alvo de total desprezo, levando já à perda de uma grande parte da nossa história, enquanto outra seguia o mesmo caminho.

Considerando que o Castelo de S. João Batista e o Forte de S. Sebastião, as fortificações mais emblemáticas da cidade de Angra, revelavam enorme falta de manutenção, como ficara demonstrado com a queda de uma porção de muralha deste último, com as entidades responsáveis a chutarem a bola para o lado para fugir ao problema, o seu grupo municipal vinha propor um conjunto de parcerias públicas, envolvendo a Direcção Regional da Cultura, a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e mesmo o IPPAR, desprovidas de qualquer questão ideológica, lideradas pela CMAH, com vista à gestão, preservação, valorização e devolução do património às populações, tornando-o acessível a todos.

Por fim criticou o facto de, actualmente, o cidadão comum que pretenda visitar o Castelo de S. João Batista com os seus filhos não o poder fazer, a não ser mediante requerimento escrito às autoridades militares ou, em alternativa, colocar uma cana de pesca às costas dizendo que vai pescar para assim ter acesso às fortificações.

O Sr. d.m. Francisco Barros aconselhou o Sr. d.m. Luís Rendeiro a consultar as actas da AM do mandato anterior onde, por mais do que uma vez, o Sr. deputado Aurélio da Fonseca questionara a CM sobre a situação decorrente da derrocada de parte da muralha do Castelo de S. Sebastião, a qual não fora prontamente reparada por indefinição do responsável pela sua execução.

Adiantou que as obras de recuperação e consolidação da muralha teriam início no prazo máximo de 30 dias, lembrando que o Castelo de S. Sebastião não se encontra afecto a entidades militares desde o protocolo estabelecido com a rede de pousadas da ENATUR, ao contrário da fortaleza de S. João Batista que, sendo ou não aceitável, desde há vários séculos desempenhava as funções de aquartelamento militar para que fora concebida.

Quanto à restrição de acesso às muralhas do castelo referidas pelo Sr. deputado Luís Rendeiro, só possíveis mediante requerimento por escrito, informou que nenhum dos membros da bancada do Partido Socialista era conhecedor dessa obrigatoriedade, conhecendo apenas a afixação à entrada do Relvão de um horário bastante explícito de visitas àquela fortaleza, incluindo um guia e documentação de apoio, para além da excelente colaboração entre a CMAH e o comandante do Regimento, relativamente ao usufruto daquele espaço.

Finalmente, referindo que tudo o que à conservação e valorização do património edificado dissesse respeito mereceria a concordância do seu partido, após leitura atenta da Proposta em apreciação, não conseguira perceber quais os seus objectivos, e que, por isso, não mereceria o seu voto favorável.

O Sr. d.m. João Maria Mendes considerou a preservação das fortificações costeiras da ilha Terceira merecedoras da maior atenção e empenho, já que muito desse património se encontrava abandonado e degradado desde há quase 200 anos.

Sabendo-se que a festa em honra de N. Sra. dos Milagres na Serreta se encontrava ligada a uma promessa feita por um conjunto de angrenses notáveis que, no século XVIII, por ocasião das guerras napoleónicas, perante as precárias condições de defesa da ilha, verificadas numa missão de observação ao longo da costa, decidira prometer uma festa anual, caso a ilha se achasse preservada da invasão das tropas francesas, recordou que o Forte de S. Bartolomeu nas Cinco Ribeiras, único entre S. Mateus e os Biscoitos, praticamente desaparecera devido à ânsia de construção de zonas balneares, entendendo a

sua ocupação e uso como a melhor maneira de preservar as fortalezas da ilha, como no caso do castelo de S. João Batista, cuja ocupação militar chegara aos nossos dias.

Ciente de que a CMAH não possuía capacidade financeira para suportar uma estrutura daquela natureza, lamentou a intermitência no funcionamento da pousada instalada no castelinho, porque seria a melhor maneira de o preservar, como aliás opinaram dois arquitectos da UNESCO, e se constatava também com as presenças da Gê-Questa no Forte de S. Mateus e da Liga dos Combatentes no Forte de Santa Catarina.

A Sra. presidente da Câmara, lembrando que o novo uso dado ao castelinho resultara de uma parceria pública entre a CM, a Secretaria Regional da Economia e o Ministério da Defesa, entre outras entidades, informou que após a derrocada de parte da muralha a CM convocara uma reunião entre o proprietário, o Ministério da Defesa, e a ENATUR, seu actual utilizador.

No sentido de proceder à requalificação, o Ministério da Defesa enviara técnicos à ilha e promovera a adjudicação da empreitada, alvo de um importante revés motivado pelo desinteresse da empresa vencedora, a qual, após tomar conhecimento das possíveis penalizações decorrentes da sua desistência, decidira retomar a responsabilidade de execução das obras, havendo já sido solicitada a ocupação da via pública para instalação do respectivo estaleiro, para além de outros requisitos necessários para o seu início.

No tocante ao castelo de S. João Batista, reuniu com o comandante da Zona Militar dos Açores que mostrara toda a disponibilidade para aprofundar ainda mais as relações entre a autarquia e o Regimento de Guarnição Nº 1, tendo ela própria apresentado algumas propostas no sentido de se elaborar um conjunto de informações históricas a disponibilizar aos visitantes, designadamente na impressão de um panfleto informativo e outra documentação relativa aos trilhos e toda a zona envolvente do Monte Brasil, excluindo a área definida para uso militar.

No aspecto da colaboração com as autoridades militares, adiantou ainda que há cerca de 15 dias, por proposta da autarquia, a vigilância nocturna do Relvão passara a ser assegurada pelo Regimento e que, possivelmente no próximo ano, o corpo de nadadores salvadores seria preenchido com militares daquela unidade.

Perspectivando-se ainda a possibilidade do estabelecimento de outros protocolos com a Zona Militar dos Açores na área da formação e acompanhamento técnico, só por desconhecimento se poderia admitir a Proposta do PSD, não podendo naturalmente a autarquia responsabilizar-se pela gestão e exploração daqueles espaços, mas sim, apenas conceder em regime de parceria pequenos auxílios técnicos e logísticos.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves adiantou que a CM deveria desempenhar um papel preponderante na liderança de projectos de interesse para o concelho, desenvolvendo parcerias com vista à recuperação de outras fortificações praticamente destruídas e aproveitar a presença militar na ilha para benefícios ao nível do turismo.

Considerou a Proposta perfeitamente fundamentada para servir de incentivo ao reforço das actuais parcerias, que desconhecia, e à criação de outras, além de reforçar o trabalho desenvolvido pela CM, apoiado pelas diversas forças políticas ali representadas.

O Sr. d.m. Guilherme Melo, discordando das declarações do Sr. d.m. João Maria Mendes acerca da degradação das fortificações no século XVIII, esclareceu que o grupo enviado à volta da ilha teria verificado apenas algumas carências no efectivo das respectivas guarnições, já que as fortificações estruturalmente se encontrariam em boas condições.

Assinalando as várias tentativas de recuperação do património fortificado da ilha ao longo de vários anos e o empenhamento do falecido Dr. Batista de Lima na sua reabilitação, lembrou que o Forte da Ponta dos Coelhos no Porto Judeu fora utilizado pela última vez como posto de observação na II Guerra Mundial, em 1945, e que no tempo do Dr. Sérgio Ávila como presidente da Câmara havia um programa denominado PICTUR – Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo, que pretendia recolher apoios comunitários com vista à recuperação de toda a fortificação costeira da ilha Terceira.

Exemplificando com o Forte de Santo António na Baía das Mós e outros existentes para lá de S. Mateus, ressaltou a importância da criação de parcerias para a obtenção de resultados na preservação do que restava desse património.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro congratulou-se com a intervenção da Sra. presidente da Câmara, concordando inteiramente com tudo o que dissera, e lembrou que ninguém melhor que a autarquia saberia o que seria melhor para o concelho, devendo regulamentar-se as referidas parcerias para a obtenção de resultados práticos com vista à melhoria da actual situação.

À excepção da Recomendação dirigida ao Serviço de Finanças de AH, as propostas do PSD apresentadas em bloco visavam a obtenção de mais-valias e a criação de riqueza para o concelho, tornando-o mais competitivo sem necessidade de se gastarem milhões ao desbarato em tempo de crise.

Não possuindo a beleza da paisagem de S. Miguel ou das Flores, a ilha Terceira, detentora de um património riquíssimo, deveria investir num conjunto de outros atractivos turísticos actualmente pouco explorados, de modo a cativar os visitantes, considerando que, face à incerteza na produção de riqueza na ilha após o fim do regime de quotas leiteiras em 2015, o turismo constituiria sempre uma alternativa viável apesar do elevado custo ainda praticado no transporte aéreo.

Sendo a ilha Terceira um dos locais do país mais ricos em património arquitectónico, adiantou que à autarquia caberia escolher, decidir e regulamentar as melhores parcerias, dando a cada caso a importância devida, visando a criação de riqueza e postos de trabalho.

O Sr. d.m. Manuel Conde Bettencourt mostrou-se agradavelmente surpreendido com as intervenções da Sra. presidente da Câmara, reveladoras de uma observação atenta à preservação do património.

Retirando das propostas do seu partido a intenção de que a CM institucionalizasse a gestão entre parceiros, defendeu a criação de um grupo de trabalho com vista a uma melhor eficácia na gestão das boas vontades.

Recordou que em 1981, como membro da Assembleia Municipal de Angra, presenciara um primeiro grande arrufo com os militares, com a manifestação da intenção de os expulsar do castelo de S. João Batista, por parte do pai de um actual deputado da AM, exigindo na altura toda a gente que os militares saíssem dali para fora, para que o Monte Brasil fosse recuperado, transformado no parque da cidade e aproveitado para turismo, construção de hotéis e outras coisas mirabolantes, o que não acontecera devido à intervenção de algumas pessoas de bom senso que reconheceram o elevado custo de manutenção de uma estrutura daquela natureza.

Mais tarde, aquando da sua presença no V Governo Constitucional, presenciara um segundo arrufo contra os militares em que foram também publicadas algumas notícias sobre a construção de um campo militar na Achada ou noutra zona mais alta registando-

se uma vez mais a intervenção de alguns políticos de craveira lembrando o elevado custo de manutenção daquela fortaleza, impossível de suportar pela CM ou pelo GR.

Quando, em 1975, o Regimento dispunha de um efectivo superior a mil homens, podiam colocar-se 500 soldados a raspar umas pedrinhas, situação de todo impossível nos dias de hoje, mandando a prudência que se optasse por uma estratégia de parcerias, porque nem o GR nem a CM detinham capacidade financeira para aguentar aquela estrutura.

Assim, anunciou o seu voto favorável à Proposta em apreciação, que solicitava à Sra. presidente da Câmara a criação de um gabinete de apoio aos monumentos do concelho, com vista a uma resposta mais rápida, já que as parcerias demoravam tempo, por não dependerem apenas de quem queria agir, mas também de quem era coagido a querer agir, exigindo muita negociação e boa vontade.

O Sr. d.m. Francisco Barros, que depois das várias intervenções notara um consenso generalizado sobre a necessidade de valorizar, preservar e promover o património militar edificado, mantendo a utilização actual da fortaleza de S. João Batista, ficaram claras, pela intervenção da Sra. presidente da Câmara, a colaboração e parcerias estabelecidas entre a autarquia e outras entidades públicas e privadas.

Assim sendo, sugeriu que o início do último parágrafo do texto proposto passasse a ter a seguinte redacção: “ *O grupo municipal do PSD propõe à AM que recomende à CM que aprofunde, estimule e operacionalize um conjunto de parcerias públicas...*”, já que, por vezes, se tornava mais difícil operacionalizar determinado aspecto do que criá-lo no papel, conciliando-se assim as duas vertentes com o objectivo comum da valorização e preservação do referido património.

A Sra. presidente da Câmara, reconhecendo a necessidade de algum aprofundamento, lembrou já existirem parcerias formalizadas em contrato escrito entre a CM e o Regimento, designadamente quanto à vigilância do Relvão, a qual se estenderia às zonas balneares, cabendo à autarquia disponibilizar recursos técnicos para a conservação do património, tarefa que se tem revelado de enorme dificuldade para o Exército, em consequência das restrições financeiras impostas e da redução substancial de meios humanos.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro, considerando que a sugestão do Sr. d.m. Francisco Barros mantinha intacto o objectivo inicial do grupo municipal do PSD, visando o bem do concelho e a preservação do seu património, aceitá-la-ia se tal contribuísse para a sua aprovação.

Posta à votação com as alterações sugeridas, **a Proposta constante do Ponto 2.5 foi aprovada por unanimidade.**

2.6 – Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor João D’Ávila.

Sem que se registassem quaisquer intervenções, **O Voto de Pesar constante do Ponto 2.6 foi aprovado por unanimidade.**

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

3.1 – Proposta no sentido de ser criada uma comissão com vista à preparação de medidas no âmbito dos órgãos municipais, nomeadamente através de alterações ao Regulamento Municipal de Taxas de Angra do Heroísmo, bem como de recomendações a entidades externas envolvidas no assunto em apreço, com vista à

redução dos encargos administrativos, processuais e de licenciamento das festas tradicionais do Concelho de Angra do Heroísmo.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, referindo que a Proposta em apreço correspondia à versão em tempos apresentada pelo seu grupo municipal, agora limada em algumas questões então consideradas menos correctas pelo Partido Socialista, reiterou a argumentação aduzida no texto do documento agora colocado à apreciação, concluindo que, como o tempo mudava os gostos, as necessidades e por vezes as tradições, a entidade pública devia apresentar um contributo positivo, à semelhança do CDS-PP que, através do voto de um vereador seu, permitira a concessão de um financiamento extraordinário com vista à liquidação de dívidas associadas a algumas festas Sanjoaninas do passado, cujos documentos, apesar do prometido, ainda não haviam sido presentes à AM.

O Sr. d.m. Francisco Barros começou por referir que a eventual diminuição de afluência às festas tradicionais por parte da população nada tinha a ver com as taxas aplicadas, mas sim com a tradição versus modernidade e a consequente adaptação aos tempos.

Recordando que o Regulamento de Taxas, que incluía um pequeno quadro com o valor das diferentes taxas a aplicar, fora em devido tempo aprovado pela AM, sendo que às festas tradicionais seria aplicado um valor mais reduzido em relação às não tradicionais, manifestou o entendimento de que o ponto 2 da Proposta, que defendia a criação de uma comissão com o objectivo de definir quais as festas consideradas tradicionais, contradizia o 3º parágrafo que considerava como festas tradicionais as que decorressem há mais de 15 anos.

Avaliando o valor das taxas devidas à Câmara Municipal num montante global da ordem dos € 250, não faria sentido o foguetório lançado sobre o assunto pelo Sr. d.m. Nuno Melo Alves nem a pertinência da Proposta, sobretudo se comparados com o valor dos encargos com outras entidades, designadamente, entre outras, com a PSP e Sociedade Portuguesa de Autores, para além da circunstância de a Câmara muitas vezes duplicar o valor dos subsídios atribuídos, relativamente ao valor das taxas cobradas.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro, uma vez que as comissões de festas procuravam manter a fasquia ao nível do ano anterior ou ainda mais elevada, notara um crescimento do seu número em período de vacas gordas, até se transformarem em monstros ou balões de ar quente com os quais ninguém queria lidar, situação ainda mais exacerbada por altura dos períodos eleitorais.

Identificando-se com o teor da Proposta do CDS-PP, a qual mereceria o voto favorável do seu grupo municipal, propôs a elaboração de um estudo do fenómeno das festas tradicionais e uma simplificação dos procedimentos e dos custos aos vários níveis.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, considerando ausente das suas intenções a definição do que seria considerado tradicional, contrariamente às intenções expressas na anterior abordagem do seu grupo municipal sobre este assunto, em que se pretendia focar aspectos mais gerais de desburocratização, então condenados pelo grupo municipal do PS, agora entendera o grupo municipal do CDS/PP ir ao encontro das pretensões do PS, reformulando a Proposta no sentido da redução das taxas, demasiado penalizadoras para as comissões de festas, incluindo, naturalmente, dentro do que se encontrar ao alcance da AM e da CM, a abordagem mais alargada a entidades externas, com vista a reduzir custos, situação que a não se verificar poderia pôr em risco a disponibilidade de voluntários para encabeçar as comissões de festas.

Concluiu que, nessas circunstâncias, por não achar recomendável e até motivo de adulteração do espírito das nossas festividades, seria de excluir de todo a possibilidade das Juntas de Freguesias, para além dos contributos já prestados, se assumissem elas próprias como comissões organizadoras.

A Sra. presidente da Câmara lembrou que no final do ano passado se aprovara uma alteração ao Regulamento de Taxas, a qual implicara, ao abrigo da lei, uma avaliação e fundamentação económico-financeira para cada uma delas.

De todas as taxas em causa, antes aplicadas pelo governo regional e agora pela autarquia, a mais expressiva referia-se ao licenciamento das touradas, mas nenhuma sofrera acréscimos substanciais de modo a desmotivar a participação em comissões de festas ou a realização de qualquer evento, como se comprovara através de uma avaliação feita no final de Agosto de 2010, reveladora de um aumento do número de licenciamentos em relação a 2009 e anos anteriores.

Lembrando que a primeira tourada à corda considerada tradicional era menos onerosa que as restantes, para que se mantivesse a qualidade e dignidade e se evitasse a sua banalização, referiu serem os próprios ganadeiros os primeiros a mostrar não só interesse na rentabilização dos seus animais mas também na preservação do seu bem-estar, preferindo arraiais menos extensos e menor frequência dos toiros corridos.

Não podendo em sua opinião diagnosticar-se como problema o facto de uma ou outra autarquia se sentir na obrigação de organizar determinada festa por falta de comissões para o efeito, dadas as condições ocupacionais de homens e mulheres nos dias de hoje, exemplificou com o caso do seu marido na comissão de festas de S. Carlos, e seus pais, outros familiares e ela própria integrando as comissões de festas do império da Guarita, apesar de consideradas menos tradicionais que outras e por vezes se destinarem até quase que apenas a amigos e vizinhos.

Apesar de compreender as intenções do Sr. d.m. Nuno Melo Alves, não deixava de manter a convicção da dificuldade que qualquer comissão a constituir sentiria na definição dos critérios distintivos das festas tradicionais e das não tradicionais.

Por fim, no seu modo de ver, a AM ou a CM não deveriam determinar quais as festas a considerar como tradicionais, já que tão tradicionais seriam as festas da Guarita como as de S. Carlos ou de qualquer outra freguesia, uma vez que tal característica não se assumia por se realizarem há mais ou menos tempo, por se verificar maior ou menor afluência de público ou o bodo de leite apresentar os carros melhor ou pior enfeitados.

O Sr. d.m. António Toste, referindo tratar-se de uma proposta inadequada e desprovida de qualquer sentido, convidou o Sr. d.m. Nuno Melo Alves a perguntar aos presidentes de Junta de Freguesia ali presentes se alguma das entidades a que presidem alguma vez organizara as festas das suas freguesias, o que não queria dizer que se alheassem dessa problemática, como sucedera na freguesia de Porto Judeu, quando o Sr. d.m. Guilherme Melo desempenhava funções de presidente da respectiva Junta de Freguesia, em que fora entendido, em substituição das duas ou três festas que se realizavam, passar a promover uma de maior expressão e dimensão, nada tendo a ver tal decisão com falta de voluntários para a constituição de comissões.

Realizando-se na ilha Terceira mais do dobro das 115 touradas consideradas tradicionais, 69 no concelho de Angra do Heroísmo e 46 na Praia da Vitória, a redução das taxas, em seu entender, proporcionando o surgimento de novas festas e touradas, prejudicaria a qualidade em detrimento da quantidade, constatando-se ainda que os apoios concedidos

às festas, quer pela CM quer pelas juntas de freguesia, em regra superavam os 250€ de taxas cobradas pela autarquia.

Entendendo tradicionais as festas já organizadas pelo seu avô, pelo seu pai, por ele próprio e agora pelo seu filho, sobretudo as dedicadas em louvor do Divino Espírito Santo, que recolhiam uma participação popular mais forte, circunscreveu a Proposta do CDS-PP a uma questão de afirmação populista para justificar trabalho.

Sendo certo que cada um devia fazer a festa que podia e não a que queria, apesar das ajudas das Juntas de Freguesia, mostrou a firme convicção de que a proposta do CDS-PP não almejaria qualquer redução de taxas, visto que a PSP de certo manteria o seu preço e, bem vistas as coisas, o valor do seguro de responsabilidade civil deveria ser ainda mais elevado, não entendendo as razões daquele partido em querer fazer bluff no jornal, mostrando-se ainda mais surpreso com a concordância do PSD, através da intervenção do Sr. d.m. Luís Rendeiro.

O Sr. d.m. Carlos Pinheiro, que entendia a continuidade das festas mais dependente da qualidade das comissões, recordou os altos e baixos das Sociedades Recreativas, com algumas direcções a provocarem o seu afundamento e outras a voltarem a levantá-las.

Decorrendo a festa de N. Sra. das Mercês, lamentou uma vez mais a não realização da procissão, devido às divergências entre os donos da imagem, por um lado, e da ermida, por outro, situação que muito o entristecia, tendo-se no entanto conseguido a celebração da missa em honra de N. Sra. de Fátima aproveitando o palco montado para as restantes festividades, o que muito agradara sacerdote celebrante e a população em geral.

Em nome dos mordomos das Mercês e da freguesia da Feteira, agradeceu à Sra. presidente da Câmara todo o apoio concedido àquela festa que, com o já tradicional dia do peixe, enraizado há 19 anos, conseguira reunir cerca de mil pessoas, apesar de coincidente com as festas de S. Carlos, dos Biscoitos e a entrega dos prémios do rally.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, que entendia pouco clara a situação de a Câmara, atribuindo por um lado subsídios e por outro retirando-os na cobrança das taxas, considerou que, se os 250 euros fariam diferença à comissão de festas e não ao orçamento camarário, 30, 40 ou 50 festas já teriam alguma representação orçamental.

A concluir adiantou que, em resumo, o objectivo residia na intenção de ajudar as festas tradicionais e não as outras, como referido pelo Sr. d.m. António Toste, organizadas por grupos de amigos.

O Sr. d.m. Francisco Barros, mais parecendo a discussão próxima da repetição cadenciada de algum *mantra* em *sânscrito*, repisou uma vez mais que, nas ditas festas tradicionais com tourada associada, o valor das taxas cobradas pela autarquia envolvia uma verba de 250 €, enquanto o fogo-de-artifício custava cerca de 500, a PSP 400, o seguro de responsabilidade civil 75 e por aí adiante.

Convicto de que em vez de um rato a montanha parira um murganho, considerou a proposta do CDS-PP desprovida de qualquer cabimento, salientando uma vez mais que os apoios concedidos pela autarquia às festas tradicionais envolviam, em regra, montantes muito superiores às taxas cobradas.

Esgotadas as intervenções e posta à votação, **a Proposta constante do Ponto 3.1 foi rejeitada**, com 16 votos contra (15 do PS, 1 do PSD), 4 abstenções do PSD e 4 votos a favor (3 do PSD, 1 do CDS-PP).

O Sr. presidente da Mesa, enquanto a assistente administrativa, Sra. D. Fernanda Santos, ultimava a redacção da minuta das deliberações, dirigiu cumprimentos de despedida e agradecimento a todos os presentes pelo empenho demonstrado em mais uma reunião da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, deixando para uma próxima oportunidade o anúncio da data de realização da sessão do mês de Dezembro.

O Sr. d.m. Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade**.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas 18H42M do dia 29 de Setembro de 2010, da qual se lavrou a presente acta que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redactor, 1º secretário da respectiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz